

# PÁGINA 22

**ENTREVISTA:** o ambientalismo e a política, na visão de Fabio Feldmann  
**CLIMA:** a febre do carbono neutro dará conta de mudar paradigmas?  
**ENSAIO:** a fragmentação de habitats nativos e as mudanças globais  
**COMPORTAMENTO:** homens e animais domésticos encaram a modernidade

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO ■ NÚMERO 5 ■ FEVEREIRO 2007 ■ R\$ 12,00



## PARCERIA FUNDAMENTAL EMPRESAS GLOBAIS E ATORES LOCAIS

# No mesmo TIME

**P**regava o Fórum Social Mundial que um outro mundo era possível. O evento que nasceu em contraposição ao Fórum Econômico Mundial tinha, nas primeiras edições, o viço da rebeldia. Ano após ano, a mensagem parece ter ficado repetitiva. A última edição, em Nairóbi, foi inconclusiva até mesmo a respeito da continuidade do encontro no ano que vem.

Teria o movimento social sucumbido às grandes forças econômicas? Não necessariamente. Uma outra leitura é possível. As questões sociais e ambientais, antes restritas a manifestações paralelas, estão ganhando espaços impensáveis, como o próprio fórum em Davos e negociações comerciais como a Rodada de Doha.

O aquecimento global, de efeitos nefastos tanto para a economia como para o meio ambiente e os seres humanos, teria servido para catalisar essas questões e colocar a discussão sobre sustentabilidade no *mainstream*. Isso é só o início.

Grandes empresas, de atuação global, também começam a rever conceitos e modificar processos, levando em consideração aspectos sociais que até então passavam ao largo das mesas de seus principais executivos, como mostra reportagem de capa desta edição.

Alguns deles perceberam que a inserção no mundo globalizado requer o entendimento com os atores locais, sejam eles populações ribeirinhas, movimentos sociais, quilombolas ou povos indígenas

Reconhecer e aceitar as profundas diferenças entre as partes é o primeiro passo para construir o novo mundo. Os interesses podem divergir, mas a cada dia, esses atores se dão conta de que precisam se relacionar de igual para igual.

## BOA LEITURA



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETOR Fernando de Souza Meirelles



Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes)  
COORDENADOR Mario Monzoni

### EDITORAS

Amália Safatle e Flavia Pardini

### EDITOR ASSISTENTE

Rodrigo Squizzato

### PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Marco Caçado

### SECRETÁRIA EDITORIAL

Bel Brunharo

### REVISÃO

José Genulino Moura Ribeiro

### COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Bruno Bernardi, Denise Juliani, Jean Paul Metzger, Mauro Alvares, Ohi, Pedro Bicudo, Regina Scharf, Rico, Samuel Casal, Sandro Castelli, Virginia Ribeiro

### ENSAIO FOTOGRÁFICO

Fred Alves

### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (Mtb 22.790)

### PUBLICIDADE

contato@pagina22.com.br

### REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513

01421-000 - São Paulo, SP

(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

### IMPRESSÃO

Vox Gráfica e Editora

### DISTRIBUIÇÃO

Distribuidora Grupo Estado e Logitech Distribuidora

### NÚMEROS AVULSOS E REPARTES CORPORATIVOS:

(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou [livrariagv@fgvsp.br](mailto:livrariagv@fgvsp.br)

(21) 2559-5535 ou [livraria@fgv.br](mailto:livraria@fgv.br)

### CONSELHO EDITORIAL

Amália Safatle, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis Ribeiro, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Moysés Simantob, Rachel Biderman, Tarcila Reis Ursini

### CONSELHO CONSULTIVO GVCES

Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Nelmara Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray

### PARCEIROS FUNDADORES

Fazendo mais que o possível 

## ODEBRECHT

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVCes.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

CAPA: SANDRO CASTELLI



# 20

## 14 ENTREVISTA

Ativistas e políticos precisam se reinventar para lidar com as questões ambientais no século XXI, diz Fabio Feldmann



## 22 PARTES INTERESSADAS

Ao desbravar os mercados globais, as empresas são desafiadas a comunicar-se com as comunidades locais. Para firmar acordo com as erveiras de Belém, a **Natura** usou até teatro de bonecos. A disputa da **Aracruz** com comunidades tradicionais envolve a própria existência e foi parar no tribunal. E a **Vale do Rio Doce** ainda precisa incorporar aspectos culturais nas relações com os índios



## 42 CLIMA

A sociedade adere ao plantio de árvores para neutralizar emissões de gases de efeito estufa, mas estará disposta a mudar paradigmas?

## 58 COMPORTAMENTO

A união entre homens e animais domésticos, estável há milhares de anos, enfrenta agora os desafios da modernidade

### SEÇÕES

- 8 NOTAS
- 20 RETRATO
- 40 RETRATO
- 48 ENSAIO
- 52 RETRATO
- 54 ARTIGO
- 64 COLUNA
- 66 ÚLTIMA



## CLIMA I

## Ação e REAÇÃO nos EUA

**1** Se havia dúvida quanto à magnitude dos estragos econômicos que variações climáticas extremas podem causar, ela parece dizimada depois da frente fria que cobriu a Califórnia por cinco dias em janeiro e gerou prejuízos de pelo menos US\$ 800 milhões aos produtores de frutas cítricas, os mais altos desde 1998.

**2** Apesar disso, a expectativa de ambientalistas em relação à menção ao aquecimento global no discurso do Estado da União, proferido pelo presidente americano George W. Bush no dia 23 de janeiro, foi por água abaixo. Pela primeira vez em sete anos de mandato Bush proferiu as palavras “mudanças climáticas” no discurso em que aborda as principais questões nacionais. Mas apenas para dizer que avanços tecnológicos tornarão os EUA menos dependentes do petróleo e capazes de manejar melhor o meio ambiente.



**4** Enquanto o setor de indústria pesada tenta influenciar uma legislação que, cedo ou tarde, virá, outros segmentos abraçam com vigor as oportunidades de negócios advindas da necessidade de mudar a matriz energética. O Vale do Silício, na Califórnia, berço das pontocom do final dos anos 90, viu o nível de emprego crescer 3% no último trimestre de 2006 em comparação ao mesmo período de 2005, depois de cinco anos de queda. O movimento é acompanhado por investimentos maciços em tecnologias limpas para geração de energia.

**5** Setores vulneráveis às mudanças climáticas tentam antecipar o que virá em um futuro que parece cada vez mais próximo. Na Califórnia, na França e em outras regiões, produtores e reguladores começam a desenhar um novo mapa da produção vinícola com a mudança das temperaturas ao redor do globo. Na Costa Leste dos EUA, é cada vez mais difícil conseguir uma apólice de seguro para residências com vista para o mar.



**6** A pressão para regulamentar a emissão de gases de efeito estufa em nível federal vem não só de empresas e ativistas, mas também dos Estados – como a Califórnia, que aprovou sua própria legislação, à la Kyoto – e do Congresso, agora de maioria democrata. Quatro projetos de lei em tramitação tratam das mudanças climáticas – entre eles um apresentado pelo republicano John McCain e pelo independente Joe Lieberman, que prevê reduzir as emissões, até 2050, a um terço dos níveis do ano 2000. Os parlamentares já haviam apresentado projetos semelhantes em 2003 e 2005, sem conseguir aprová-los.



**7** Uma amostra das rápidas mudanças na sociedade americana pode ser vista em anúncio publicado pela gigante do petróleo Exxon

**Mobil, criticada por destinar milhões de dólares a campanhas contrárias à ligação entre o aquecimento global e a queima de combustíveis fósseis. Agora, a Exxon propagandeia seu apoio ao Global Climate and Energy Project, um programa de pesquisa da Universidade de Stanford “dedicado a encontrar novas tecnologias que atendam à demanda crescente do mundo por energia ao mesmo tempo que reduzam dramaticamente as emissões de gases de efeito estufa”. Em breve, talvez até a Exxon se arrisque a proferir as palavras “mudanças climáticas”. – por Flavia Pardini**

## CLIMA II

## Além da MODA

**A** bossa lançada pela São Paulo Fashion Week de neutralizar as emissões de gases de efeito estufa vai virar obrigação para os realizadores de eventos – shows, concertos, exposições e afins – nos parques do município de São Paulo (reportagem sobre neutralização à pag. 42).

Uma portaria assinada pelo secretário do Verde e Meio Ambiente, Eduardo Jorge, e publicada em 24 de janeiro, dá prazo de 60 dias para que os eventos realizados nos 32 parques municipais passem a compensar suas emissões por meio do plantio de árvores. Os responsáveis terão de apresentar estimativa de emissões antes do evento e, depois dele, pagar pelo plantio de árvores suficientes para compensar os gases efetivamente emitidos. Além de dar destino adequado aos resíduos gerados.

A secretaria estima em cerca de 200 os eventos em parques municipais em 2006, mas avisa que o foco será o Parque do Ibirapuera, onde os eventos costumam atrair grande número de pessoas. A determinação de compensação pelas emissões fará parte de proposta para uma política municipal de mudanças climáticas, a ser apresentada em seis meses. (FP)



## SUSTENTABILIDADE

## FASHIONIZE-SE

**L**á fora, congestionamento e muita paciência para estacionar. Dentro, nos corredores do prédio da Bienal, tientes correm para tirar fotografia com a celebridade – ou quase celebridade – que passa em direção aos lounges. Nada muito diferente das 21 edições anteriores da São Paulo Fashion Week. Mas este ano o tema do evento maior da moda foi a sustentabilidade, um conceito sintonizado com o longo prazo, enquanto a moda se recicla a cada ano para sobreviver.

Será que sustentabilidade casa com moda? Para Marcos Egydio Martins, diretor de sustentabilidade da Natura, patrocinadora oficial do evento, o importante é inocular a idéia, plantar a semente e apostar em seu crescimento. Sem dúvida, a Fashion Week contribuiu para disseminar ainda mais a idéia da neutralização das emissões de carbono – ou de gases de efeito estufa. O evento anunciou o plantio de 4.290 árvores para compensar as emissões geradas pelo evento e a produção de materiais de divulgação.

Nos cinco dias de agitação, o selo carbon free pôde ser visto em cada curva do prédio de Oscar Niemeyer. “Cultive, preserve, recicle, neutralize-se”, lia-se na vending machine que, em vez de oferecer salgadinhos, disponibilizava sucos e isotônicos – em embalagens recicláveis. Neutralizados ou não, estilistas, modelos e “fashionistas” têm um ano para bolar a próxima moda. Resta saber se a sustentabilidade vai entrar para o rol dos clássicos, como um Chanel. (FP)



## ERRATAS

- Na reportagem “Mormaço na Floresta”, publicada na edição 3, um dos destaques afirma que o Proambiente usa 0,12% do orçamento federal. Na verdade, o programa utiliza 0,2% do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, que por sua vez representa 0,12% do orçamento federal.
- A usina hidrelétrica em foto publicada na página 43 da edição 4, (“No apagar das Luzes”) foi descrita na legenda como Itaipu. Trata-se, entretanto, da Usina Luis Carlos Barreto de Carvalho (antiga Estreito), de Furnas Centrais Elétricas, situada no município de Pedregulho (SP).

## CLIMA III

## ONDE INVESTIR

As conseqüências físicas das mudanças climáticas globais podem demorar anos para se manifestar, mas as reações de governos, empresas e pessoas criam oportunidades de negócio a curto prazo.

A partir desse pressuposto, o Citigroup elaborou um relatório temático que identifica os desdobramentos relacionados ao aquecimento global e sua influência nos mercados. O banco identificou 74 empresas, de 21 setores e 18 países, que podem se beneficiar das novas condições climáticas e necessidades energéticas. E oferecer boas alternativas de investimento.

Foram consideradas implicações físicas, regulatórias e comportamentais já observadas, assim como tendências bem definidas.

O relatório ressalta que nem todas as oportunidades de investimento relacionadas à redução de emissões de gases de efeito estufa são benéficas ao meio ambiente. Como exemplo, cita efeitos negativos das alternativas ao carvão e ao petróleo: o lixo perigoso no caso da energia nuclear, a necessidade de grandes extensões de terra para os biocombustíveis, o que ameaça florestas nativas, e os impactos de turbinas eólicas para aves e morcegos. (RS)



## CLIMA IV

## Boa ações para o bolso

Entre as empresas apontadas pelo relatório do Citigroup como potenciais beneficiárias no contexto das mudanças climáticas estão duas brasileiras, Cosan e Brasil Ecodiesel. A mistura de biocombustíveis aos derivados de petróleo, obrigatória em diversos países, justifica a seleção das empresas nacionais, que aparecem ao lado de grandes companhias como ADM, Bunge e Cargill.

Fabricantes de equipamentos para geração de energia à base de fontes renováveis e para melhorar o rendimento dos hidrocarbonetos também devem se beneficiar. O segmento de gás natural verá um aumento da demanda em virtude do controle de emissões, ao mesmo tempo que o consumo cairá devido a invernos mais quentes no Hemisfério Norte, diz o Citigroup.

As empresas de biotecnologia

que pesquisam cultivares mais resistentes à falta d'água, como a Monsanto, e companhias de saneamento como a espanhola Águas de Barcelona, podem ganhar com as secas mais freqüentes.

Nos serviços, pequenas seguradoras americanas devem tirar proveito da estratégia das grandes companhias de reduzir a exposição ao risco em áreas sujeitas a furacões e tornados. A compensação pela emissão de carbono também deve beneficiar empresas como a Swiss Reinsurance e a Chicago Mercantile Exchange, acrescenta o relatório.

Até uma geradora de energia a carvão, a TXU dos EUA, pode se destacar, diz o Citigroup. A empresa pretende construir usinas em estados onde obtenha garantia de isenção a futuras mudanças nos padrões de emissões de carbono. (RS)

## PESQUISA

## Não recicle, coma

Estima-se que cada brasileiro produza em média cerca de 700 gramas de lixo por dia. Desse total, entre 5% e 10% em peso são de plásticos, incluindo os filmes usados como embalagem de alimentos. Reciclam-se apenas 16,5% de todos os plásticos – PETs e rígidos inclusos – e não há dados específicos sobre as películas, segundo o Compromisso Empresarial para a Reciclagem.

O trabalho da pesquisadora Cynthia Ditchfield pode mudar esse estado de coisas. Trata-se de um projeto de pós-doutorado, desenvolvido no Laboratório de Engenharia de Alimentos, do Departamento de Engenharia Química da Escola Politécnica (USP), para criar uma embalagem em filme que seja comestível, biodegradável e antimicrobiana.

O produto, que ainda não está em fase de industrialização, é feito a partir de um polímero natural à base de mandioca e açúcares, duas matérias-primas abundantes no Brasil. As propriedades antimicrobianas, que também precisam ser aperfeiçoadas, são propiciadas por matérias-primas naturais como mel, própolis, óleo essencial de laranja, café, cravo e canela.

Se confirmada sua viabilidade, o material poderá reduzir o volume de lixo, aumentar o tempo de prateleira dos produtos alimentícios e diminuir o consumo de conservantes. (RS)



## COMBUSTÍVEIS I

## BIOMASSA NO CÉU

Enquanto o mercado desenvolve soluções voluntárias para compensar as emissões de gases de efeito estufa pelos aviões, esquentam a busca por substitutos para o querosene de aviação.

A cearense Tecbio realiza a segunda bateria de testes com o bioquerosene e mantém a sete chaves a fórmula para fabricação. A empresa firmou protocolo de intenções com a Boeing para a pesquisa.

A Boeing confirma os testes e diz que estuda diversos combustíveis alternativos, que deverão atender a quatro pré-requisitos: vantagem ambiental sobre o querosene, produção sustentável, adequação às atuais turbinas e sistemas de distribuição, e conformidade com os parâmetros técnicos

e de segurança do setor de aviação. Segundo a fabricante de aviões, das fórmulas em teste, as únicas que não emitem mais gás carbônico do que o querosene são as baseadas em biomassa.

A competição não é pequena. Em setembro, o proprietário da Virgin Atlantic, Sir Richard Branson, anunciou que investiria todo o lucro de suas companhias aéreas e uma ferroviária pelos próximos dez anos – cerca de US\$ 3 bilhões – no desenvolvimento de biocombustíveis, especialmente para a aviação comercial. Apesar da corrida, não há data prevista para que o bioquerosene seja produzido em escala comercial. – por Rodrigo Squizato

## COMBUSTÍVEIS II

## Biodiesel na berlinda

A primeira arrancada do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel falhou por falta de combustível. Alguns fabricantes que venderam o produto no primeiro leilão promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) não conseguiram entregar a parcela de 20% prevista para 27 de dezembro.

O superintendente de abastecimento da ANP, Roberto Ardenghy, garante que não há ameaças ao cumprimento da obrigatoriedade de adição de 2% de biodiesel ao similar mineral a partir de janeiro de 2008.

Segundo ele, detalhes técnicos e problemas de planejamento atrasaram a entrada em operação de algumas usinas, o que não significa retração da oferta no ano que vem. Atualmente, há 19 fabricantes autorizados pela agência, capazes de produzir 598 mi-

lhões de litros por ano. Outros 30 aguardam o sinal verde do órgão regulador, inclusive grandes empresas como a Petrobras.

Além de ficar sem a garantia de compra e de preço sobre o volume que deveria ter sido entregue no final de dezembro, os vendedores terão de passar por novo crivo, que pode anular o restante do contrato e até levar à perda da licença de produção emitida pela ANP.

Apesar desses problemas, em 2006 foram vendidos 34,45 milhões de litros de biodiesel no Brasil e 11 empresas informam a produção mensalmente à ANP. O aumento do preço da soja no mercado internacional, contudo, reduz a rentabilidade das usinas que usam o grão como principal matéria-prima.

Entre dezembro de 2005, data do primeiro leilão, e novembro de 2006, o preço do óleo de soja subiu 45%. (RS)

## IDENTIDADE I

## A GENTE SE VÊ NA AMAZÔNIA

“O Brasil adora ver o Brasil na Globo” – palavra da maior emissora do País e *slogan* para a minissérie *Amazônia*, que entrou no ar em janeiro. Escrita pela autora de novelas Glória Perez, natural de Rio Branco, a produção resgata a história do Acre e aponta para os desafios socioambientais da região, sintetizados em torno da figura de Chico Mendes, assassinado em 1988.

De produção primorosa, a minissérie tem o mérito de levar questões da longínqua e mítica Amazônia, que invariavelmente repercutem no exterior, ao conhecimento dos próprios brasileiros – que pouco sabem da maior floresta tropical do mundo e talvez, por isso, pouco se empenhem em preservá-la.

Para João Meirelles, autor do *Livro de Ouro da Amazônia* (Editora Ediouro) e coordenador do Instituto Peabiru, uma organização não governamental, o programa consegue mostrar a brutalidade dos seringalistas da época, hoje manifestada na figura dos grandes pecuaristas, dos garimpeiros e dos madeireiros. “Mas a Amazônia é mais cruel que o jeito folclórico e à la parque temático que a minissérie apresenta”, afirma.

Meirelles conclama os telespectadores a visitar “a verdadeira Amazônia, nem que seja no intervalo entre uma novela e outra”. E nem que o chamariz sejam as paisagens cinematográficas da região.

Segundo a Associação Brasileira das Agências de Viagem de São Paulo, espera-se o aumento de 10% na demanda por roteiros na Amazônia por conta das cenas mostradas na telinha. Que as visitas à região com um dos maiores índices de desmatamento do mundo tenham o poder de sensibilizar o turista. – por *Amália Safatle*

## IDENTIDADE II

## BRASIL: O SACI EXPLICA

Se o Brasil registra um histórico de destruição ambiental e problemas sociais, não seria por falta de símbolos ligados a esses temas. “Os mitos brasileiros são quase sempre ecológicos, voltados à proteção da natureza”, diz Mouzar Benedito da Silva. O jornalista, ao lado do cartunista Ohi, prepara o lançamento da coleção de livros *Mitologia Brasileira*, a ser editada pela Salesiana.

A obra divide-se em seis volumes de 64 páginas e começa pelo Saci, personagem que “ajuda a contar a história” da Mata Atlântica, inclusive a dominação dos índios tupiniquim e guarani, habitantes da floresta que ocupava toda a costa brasileira. O Saci, mito nascido entre os guarani, tornou-se símbolo da miscigenação.



O primeiro volume deve ser lançado em março e menciona também o *nheengatu*, idioma tupi adaptado pelos jesuítas à língua escrita e à gramática portuguesa, e que depois veio a influenciar o linguajar e a cultura caipira.

Segundo Mouzar, que estudou a língua tupi na Universidade de São Paulo, trata-se de uma coleção paradidática e multidisciplinar, que interessa aos campos da língua portuguesa, da história e da geografia. É também uma forma de falar das questões socioambientais “sem ser ecochato”.

A coleção abordará, entre outros, o mito da lara e os recursos hídricos, do Negrinho do Pastoreio e as questões raciais, do Boto e a Amazônia, do Caipora e a fauna, e do Curupira e a destruição das florestas. (AS)

## EDUCAÇÃO

## CURSOS EM PROFUSÃO

Pelo menos 51 cursos na área de “responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável” — de extensão, especialização, MBA, pós-MBA, mestrado, doutorado — estão disponíveis neste início de ano para os profissionais que buscam uma gestão empresarial mais sustentável, segundo uma lista elaborada pelo Uniethos. Detalhes podem ser encontrados no website da entidade ([www.uniethos.org.br](http://www.uniethos.org.br)).

A proliferação de cursos revela que há interesses voltados para a área, mas dificilmente garante a formação de sujeitos capazes da crítica da questão socioambiental, afirma Eda Tassara, coordenadora do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção (Lapsi), da USP. A discussão em torno da sustentabilidade faz parte da chamada “educação ambiental crítica” e ainda é muito nova, justifica.

“Para preparar as pessoas para a sustentabilidade seria preciso pensar um currículo que nunca foi pensado”, diz Eda, para quem o tema deveria ser um programa *lato sensu*. “A compreensão e o gerenciamento da sustentabilidade pressupõem que se entenda o que é sustentabilidade”.

A maior parte dos cursos disponíveis, entretanto, é organizada como se o conceito fosse primitivo — ou seja, que não exige definição e pode ser, intuitivamente, entendido por todos. Mas, de acordo com Eda, ele é difícil de ser compartilhado porque envolve a crítica ao processo de desenvolvimento histórico. (FP)

# O lema é REINVENTAR

... POR FLAVIA PARDINI

**PÁGINA 22:** Com 13 novos governadores e renovação de 52% da Câmara dos Deputados, há um novo panorama político para as questões socioambientais? O que esperar dos próximos quatro anos?

**FABIO FELDMANN:** Acho que não. A renovação na Câmara é mais aparente do que real. A reforma política é importante, porque o voto no Brasil está literalmente distritalizado. O que é isso? Se você verificar o perfil de muitos deputados federais, vai ver que são ex-prefeitos. Esse parlamentar se elege e exerce seu mandato fundamentalmente por distrito. Isso significa um déficit grande de parlamentares com um perfil nacional ou temático e um espaço muito menor no Parlamento brasileiro para discussões temáticas, nacionais e até mesmo globais, em relação ao meio ambiente.

**22:** Há, por exemplo, a bancada ruralista, mas não uma bancada ambiental ou socioambiental.

**FF:** O desafio diz respeito aos grandes temas globais e aos chamados interesses difusos. Nos EUA, o problema é o voto distrital puro, a Câmara tem representantes meramente de distritos. Então o Parlamento americano está voltado para questões domésticas, normalmente distritais, locais. No Brasil, há deputados que defendem o distrito, com perfil voltado a interesses econômicos localizados ou corporativos. A bancada ruralista é um bom exemplo, ela tem sido um

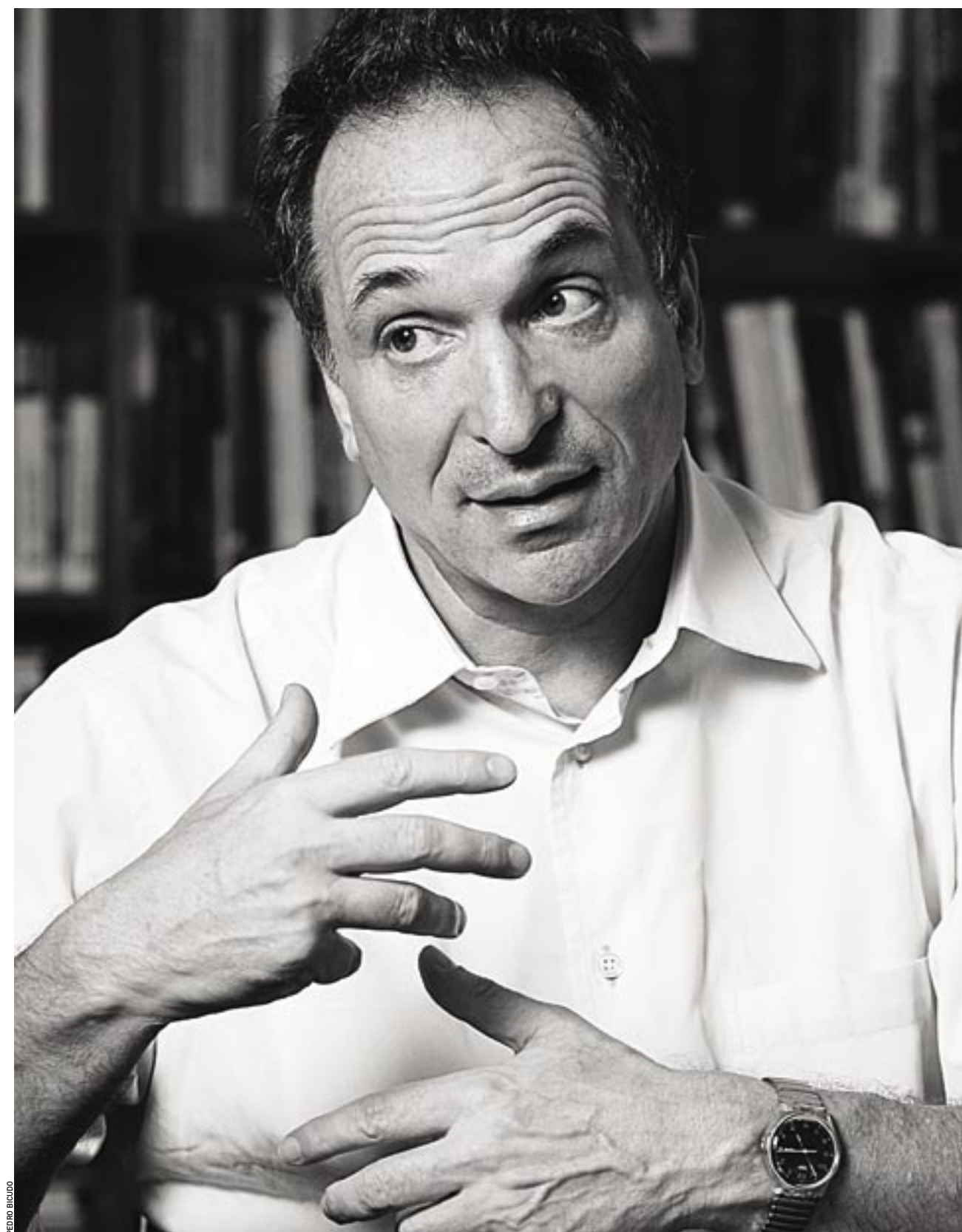
grande problema para nós, um desafio. Há uma discussão sobre como criar uma nova maneira de representação que não substitua a clássica tradicional, mas que agregue outro modelo.

As questões ambientais passaram a fazer parte das preocupações da sociedade nos últimos 20 anos graças à atuação do movimento ambientalista, a conferências e convenções das Nações Unidas e à legislação. Hoje os ambientalistas precisam inovar para enfrentar os desafios do século XXI, diz Fabio Feldmann. Primeiro deputado federal eleito no Brasil com uma plataforma ambiental, Feldmann atuou como parlamentar por 12 anos, foi secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e construiu uma reputação internacional em defesa do meio ambiente. Embora se considere um ambientalista, sua porção política também fala alto. Ele cita como entraves às questões ambientais a ausência de uma bancada que defenda os interesses difusos no Congresso e o provincianismo dos governantes brasileiros em plena era da internet.

nesses candidatos depende de que idéias ele defende. O maior erro que cometemos na Constituinte foi a questão da representação dos Estados do Norte — cada um tem no mínimo oito deputados federais, além de três senadores —, mas eles têm uma super-representação se comparados a outros Estados. Quando fui candidato a prefeito de São Paulo, tinha mais nordestino em Capela do Socorro do que em qualquer capital nordestina, e sem praticamente nenhuma representação na Câmara, na Assembléia e muito menos no Congresso. O problema que resulta disso é a dificuldade de defesa dos interesses difusos, os temas ambientais e de patrimônio histórico, que estão dentro da esfera da cidadania planetária e contemporânea.

**22:** Projetos como o da Mata Atlântica tramitam por tanto tempo por falta de uma bancada dos interesses difusos?

**FF:** Exatamente, a pequena representação desses interesses.



PEDRO BICUDO

**22: O senhor foi o primeiro deputado eleito com uma plataforma ambiental. Existem parlamentares hoje com essa plataforma?**

**FF:** Não... talvez o Gabeira. Hoje há pouco espaço para candidatos de opinião, a consolidação da democracia esvaziou essas candidaturas.

**22: Por quê?**

**FF:** Com o processo de democratização, havia um grande interesse da sociedade, as eleições chamavam a atenção da opinião pública. Com o passar do tempo, aumentou o desinteresse pela representação política tradicional. Isso em um mundo em que há um repertório de opções de representação muito maior. Um jovem de 20 anos, entre a militância no partido político e em uma ONG, certamente vai escolher a ONG. Há um conjunto de fatores que a cada dia mais afastam a sociedade...

**22: A corrupção...**

**FF:** A corrupção, a impunidade, esse quadro criou um círculo vicioso e a representação política no Brasil piorou muito, requer uma reflexão. No caso dos temas socioambientais, isso se torna dramático, porque aumentou a desproporção e a correlação de forças políticas no Congresso. Muitas vezes você tem a bancada ruralista aliada à bancada amazônica. O capítulo do meio ambiente da Constituição, considerado um dos mais avançados do mundo, foi possível há 20 anos. Hoje seria praticamente impossível colocar no texto constitucional a exigência de avaliação ambiental. Para agir sobre isso, primeiro é preciso ter a reforma política. Não acredito que ela ocorrerá em breve sem que haja muita pressão da sociedade. Em segundo lugar, as ONGs precisam de uma estratégia para montar sua *constituency* (uma base de pessoas que almejam os mesmos objetivos). Se tivéssemos ONGs amparadas em *constituencies* identificadas, seria possível exercer pressão de maneira muito mais eficaz.

**22: Por que o senhor trocou o PSDB pelo Partido Verde (PV)? No Brasil, o PV usa a bandeira ambiental na campanha, mas depois parece se desinteressar do tema.**

**FF:** Quando me tornei candidato, em 1986, a opção

não foi pelo PV porque não existia essa alternativa no Brasil. Sempre achei que, no Parlamento, tínhamos de estar ancorados em um partido com força política para fazer avançar os temas ambientais. A razão pela qual saí do PSDB é a seguinte: os temas ambientais tomam-se moeda de troca nas grandes negociações. Hoje defendo que se tenha um partido político com o principal objetivo de levantar e defender determinadas bandeiras. E que não se coloque necessariamente para a sociedade como alternativa de poder. Um partido que tenha uma representação boa na Câmara, mais do que no Senado, pode fazer a diferença. Essa foi a minha opção pelo PV. O drama é que os partidos no Brasil se transformaram, todos eles, em partidos com uma característica essencialmente eleitoral e pouco política. O partido só surge no momento da eleição e o PV sofre dramaticamente desse problema. É a razão pela qual eu, o Gabeira, o Eduardo Jorge e outras pessoas defendemos uma mudança radical e de direcionamento do PV, que ele tenha uma atuação temática acentuada em torno do aquecimento global, contra o desmatamento da Amazônia. Hoje, infelizmente, ele não é isso. O perfil dos parlamentares do PV, com raras exceções, não mostra vínculo com essas bandeiras.

**22: Mesmo na eleição, não é complicado vender a idéia de comprometimento com o tema ambiental quando na realidade ele não existe?**

**FF:** Concordo. Se eu hoje tivesse alguma capacidade de decisão ou de influência, em relação ao PV ou a uma Frente Verde — na Constituinte fui articulador da chamada Frente Verde —, acho que caberia uma CPI em todas as capitais brasileiras onde há deslizamentos para apurar a responsabilidade da fiscalização quanto à ocupação das encostas, verificar a ineficácia da legislação de uso de solo. Temos embates sobre a legislação florestal como se fosse pobreza *versus* meio ambiente. A legislação ambiental existe para proteger a estabilidade geológica das encostas, a permanência da vegetação é importante por isso. Se tivéssemos um PV atuante, poderíamos levar à sociedade o problema, resolvendo a situação de hoje e pensando no futuro. O mesmo com as inundações, a mata ciliar tem o papel de frear as inundações.

Hoje seria impossível colocar na Constituição a exigência de avaliação ambiental, como foi feito há 20 anos

# Os partidos no Brasil são essencialmente eleitorais, pouco políticos. O PV sofre desse problema

**22: Como avalia as nomeações para as pastas de Meio Ambiente nos estados? Em São Paulo, há o discurso da "tolerância ambiental zero".**

**FF:** A grande dificuldade é que as políticas públicas não têm amparo político do Legislativo ou do Executivo. A Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo estava mais bem estruturada há 20 anos em termos de recursos, humanos e financeiros, do que hoje. Como se explica que um houve um dramático aumento da demanda da sociedade em relação às temáticas ambientais e ao mesmo tempo há um esfacelamento da capacidade institucional dos órgãos públicos? Temos que refletir sobre esse paradoxo.

**22: Não há uma razão aparente?**

**FF:** Algumas razões. Primeiro, a idéia do Estado muito liberal que tem dificuldade de entender que o meio ambiente exige um poder público com poder de polícia. A fiscalização é fundamental. Além disso, no Brasil, os políticos, com exceções, são seduzidos pelo populismo de curto prazo. Ao permitir ocupar o manancial, você gera votos, ao regularizar ocupações ilegais, gera currais eleitorais. Há um déficit impressionante do Estado no Brasil como um todo — a Amazônia é o maior exemplo, mas áreas de mananciais no Vale do Ribeira enfrentam a mesma situação. Toda vez que o Estado começa a agir e a afetar interesses localizados, há uma reação muito grande. Portanto, tem que ter a contrapartida, que é mobilizar a sociedade em torno dos interesses difusos. Outro desafio são políticas inovadoras na área de sustentabilidade.

**22: A "tolerância zero" é indicação de que o Estado estará presente? Como ter tolerância zero em temas ambientais se não há em outras áreas?**

**FF:** É preciso repactuar com a sociedade. Em alguns momentos, tem que ter tolerância zero para pactuar determinados marcos regulatórios. Não se vai retirar um milhão de pessoas de área de manancial, é impossível. Mas foi através de uma política de tolerância zero que conseguimos modificar a lei dos mananciais. O modelo da lei era insustentável, uma política ambiental muito restritiva. Quanto mais restritiva a política, e desacompanhada de outras medidas, ela tende a ser mais tolerante.

Quem proíbe tudo permite tudo. O que está faltando são políticas ambientais associadas a políticas de sustentabilidade, com o uso de instrumentos econômicos e outras medidas. Tem que ter é impunidade zero.

**22: O que é muito difícil no Brasil.**

**FF:** É preciso ter a noção de que a sustentabilidade vai ser construída com alianças estratégicas. Há sinais positivos nesse sentido. O Ethos e a SOS Mata Atlântica fizeram uma reunião de apoio ao projeto da Mata Atlântica em que tivemos a presença de presidentes de empresas de papel e celulose e outras que têm como matéria-prima as florestas plantadas. Essa visão de sustentabilidade tem de ser viabilizada politicamente. A expressão politicamente é usada aqui no sentido amplo e lato — se quero tirar do mercado produtos não sustentáveis, tenho de oferecer produtos sustentáveis. Não basta dizer "não consuma madeira que não seja certificada" se não houver capacidade de oferecer madeira certificada.

**22: O que o senhor espera para o Ministério do Meio Ambiente? Acredita que a ministra Marina Silva continua no cargo? Como avalia o primeiro mandato da ministra?**

**FF:** Tenho defendido pública e ostensivamente a ministra porque as razões pelas quais se critica a ministra são mal intencionadas. Por outro lado, ela representa simbolicamente um desejo de sustentabilidade do governo Lula que está em rota de colisão com o governo como um todo. A quem compete, em última instância, promover a transversalidade e a sustentabilidade é o presidente da República, é o governador de Estado, é o prefeito. O grande árbitro dentro do governo é o presidente. O Lula poderia ser o nosso Mandela, ele levantou o tema da pobreza, se associasse isso ao problema do aquecimento global, seria o líder que falta hoje para esse tema no planeta. Mas acho que o Lula é um homem que vê o mundo pela lente do sindicalismo, pelo olhar do século passado.

**22: E José Serra, está sintonizado nas questões ambientais ou ainda as vê como moeda de troca?**

**FF:** Acho que ele compreende. Em princípio está entusiasmado com a idéia de fortalecimento do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas e Biodiversidade, que



# Quanto mais conservar a biodiversidade, maior a chance de o Brasil ter assento no Conselho de Segurança da ONU

passará a ser, na nossa opinião, o Fórum Paulista de Sustentabilidade, Mudanças Climáticas e Biodiversidade. Ainda estou desenhando o que virá a ser o fórum.

**22: O projeto da Mata Atlântica está, finalmente, aprovado. O espírito original foi preservado?**

**FF:** Foi melhorado, porque o projeto, apresentado em 1992, logo após a Conferência do Rio, tinha uma visão quase conservacionista. Há 20 anos, as questões eram outras, muito mais reducionistas. A discussão esbarra novamente no problema de que você tem uma lei que define marco regulatório, usos do bioma, mas, se não estiver ancorada em outras políticas públicas, há dificuldades de implementação. O projeto avançou porque cria estímulos para o proprietário que tem Mata Atlântica, mas ainda temos problemas de desenhar uma política de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, o Vale do Ribeira tem a maior concentração de Mata Atlântica do Brasil e é a região com os maiores índices de pobreza. Muitas vezes os prefeitos quiseram implantar o modelo de industrialização de Cubatão, que é inviável. Se há Mata Atlântica ao lado da cidade de São Paulo, a vocação é o turismo sustentável, para viabilizar a geração de renda e a conservação. Para isso é preciso tomadores de decisão pública com uma visão de mundo cosmopolita. Minha maior crítica aos governantes brasileiros é que no mundo globalizado, da net, eles são muito provincianos, não têm noção de futuro. Essa não é uma frase minha, mas repito: quanto mais conservar a biodiversidade, mais probabilidade política o Brasil tem de ter um assento no Conselho de Segurança da ONU, mais do que pelas medidas que esse governo tem tomado.

**22: O senhor declara que encerrou sua vida pública. Por quê?**

**FF:** Acho que encerrei minha vida pública no sentido tradicional, de exercício de mandato parlamentar. Fui deputado durante 12 anos. Foi uma experiência boa de vida, em um período importante, a Constituinte, em que havia entusiasmo e expectativa da sociedade em relação às transformações. Particpei da Comissão Brundtland e da Conferência do Rio, fui relator de algumas convenções. Do ponto de vista pessoal, esgotei a satisfação no exercício do mandato legislativo. É hora de abrir espaço

para pessoas mais jovens. Por outro lado, sinto que é o momento de ser empreendedor em outros campos.

**22: Como o senhor se define hoje? Ambientalista, político, consultor?**

**FF:** Antes de qualquer coisa, ambientalista.

**22: O relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Brundtland, completa 20 anos. Como o senhor avalia os avanços desde aquela época e quais os pontos mais urgentes a ser atacados?**

**FF:** Foi o relatório mais importante das Nações Unidas. A Conferência do Rio foi a mais importante. Sempre digo que o século XXI começou com dois fatos, a libertação do Mandela e a Conferência do Rio em 1992. Entretanto, a ingenuidade nossa, inclusive na Conferência do Rio, era imaginar que se muda o mundo com conferências, convenções ou com legislação. O mundo está em uma transformação radical e o grande problema é que a velocidade das mudanças tem de ser muito maior do que tem sido. Por outro lado, é inegável que o mundo mudou radicalmente. Em Cubatão, as crianças nasciam sem cérebro e não conseguíamos registrar uma associação em nome das vítimas. Hoje isso seria inimaginável para qualquer estudante de Direito. Durante anos era excêntrico imaginar que um ambientalista pudesse ser um administrador de empresas, que é o meu caso. Hoje, qualquer administrador tem na sua agenda a questão do desenvolvimento sustentável. Tivemos avanços conceitualmente significativos. Os próximos 12, 15 anos serão de operacionalização dos conceitos.

**22: Há um ou dois anos nos EUA houve quem declarasse a morte do ambientalismo. O senhor concorda?**

**FF:** O ambientalismo envelheceu em função de seu próprio sucesso. Não se podem usar as mesmas estratégias que se adotavam há 20 anos. O ambientalista necessita se reinventar para atender as demandas da sociedade na complexidade em que elas existem. Quando comecei, o movimento ambiental atuava pela redemocratização do País, o mundo era muito preto no branco — regime autoritário versus democracia. O clima era favorável para o questionamento das usinas nucleares

porque elas eram associadas à bomba atômica e ao regime autoritário. Hoje, para discutir com a sociedade a questão nuclear, é preciso mais argumentos. Para discutir a questão energética, o ambientalista tem que conhecer privatização, marco regulatório. O que se requer é que ele entenda o mundo em sua complexidade e, ao mesmo tempo, tenha capacidade de falar com a sociedade com certa simplicidade. Mas o ambientalismo foi muito bem-sucedido, até o modelo de ONG surgiu com os ambientalistas.

**22: No Brasil há críticas às ONGs e a sua atuação, inclusive as ambientalistas. É justificável?**

**FF:** Essas críticas mostram que o ambientalismo ganhou importância. Enquanto ele existe no campo da abstração, não gera resistência. Quando passa a enfrentar interesses concretos, a exigir mudanças de comportamento, rearranjos de poder, gera resistência. Ou a sociedade civil organizada se antecipa e torna a prestação de contas e a transparência uma bandeira ou ela dá munição aos adversários. Defendo um regime jurídico próprio para as ONGs, que estimule a prestação de contas, transparência, especialmente quando se trata de dinheiro público. Defendo que façam um marco regulatório próprio, voluntário, que permita à sociedade reconhecer nelas o seu maior ativo, a credibilidade.

**22: No setor empresarial, há uma "explosão" dos temas ligados à sustentabilidade.**

**FF:** A fase inicial da sustentabilidade, quando o que era importante era colocá-la na agenda do setor empresarial, está esgotada. As empresas que acreditam que basta a declaração de vontade de sustentabilidade, isolada de ações, estão entrando em uma zona de risco. A tendência da sociedade agora é verificação. A empresa que se diz sustentável, se contestada nessa sustentabilidade, tem muito a perder. O papel de separar o joio do trigo é da sociedade civil e da mídia, ou seja, promover a verificação. Só tem sentido o investimento das empresas em sustentabilidade como estratégia de agregação de valor se elas souberem o que significa sustentabilidade no seu contexto, caso contrário, assumem mais risco. Quem não compreender que a sustentabilidade não é um

instrumento de marketing social estará assumindo mais risco e vai ter mais custo do que benefício. É o caso do índice da Bovespa — a empresa que tenta entrar no índice está muito mais vulnerável, aumenta o risco reputacional, pode polarizar ações judiciais.

**22: Mas o setor privado tem um papel?**

**FF:** De 92 para cá, os grandes temas são o aquecimento global e a água. Na minha opinião, o ator social que mais tem protagonizado esses temas é o setor empresarial. Na reunião em favor do projeto da Mata Atlântica, o setor de papel e celulose estava lá por uma razão: eles tiveram muita resistência durante anos, foram acusados de serem os responsáveis pela perda da Mata Atlântica. De certa maneira, tiveram um papel, porque até o fim dos anos 70, início dos 80, o Código Florestal permitia substituir floresta primária por homogênea, o famoso artigo 19. Grande parte do reflorestamento no Brasil se fez assim. A mudança cultural a que temos assistido é impressionante. Os mangues eram considerados uma vegetação a ser aterrada. Hoje, são valorizados.

**22: Ao contrário da questão climática, a perda de biodiversidade é pouco debatida fora de círculos especializados. Por que a Convenção para a Diversidade Biológica (CDB) não avança? Faltam instrumentos econômicos?**

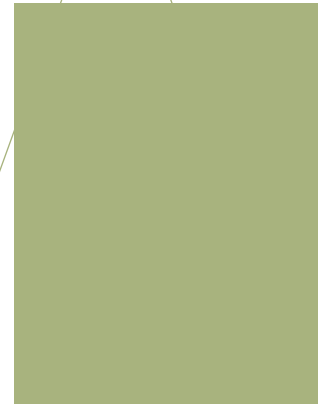
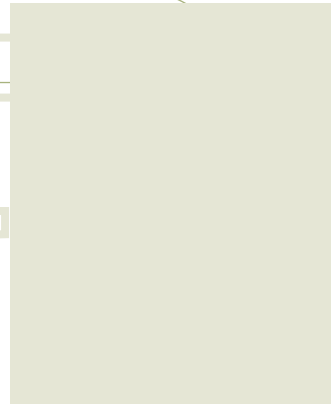
**FF:** Tenho dúvida se não devíamos ter concedido mais para ter os EUA dentro, eles não assinaram a CDB em 92. É uma convenção "café-com-leite", sua *constituency* continua sendo conservacionista. O aquecimento global está intimamente ligado à questão de energia, a relevância e os atores que participam são outros. Ele requer transformações de poder dramáticas na sociedade, questiona o petróleo e a geopolítica. Com isso entra toda a indústria, o estilo de vida. É o grande desafio da humanidade. Além disso, não há para a biodiversidade uma unidade como é o dióxido de carbono para o aquecimento. O carbono emitido em São Paulo contribui para aumentar a temperatura na atmosfera do globo como um todo, enquanto a biodiversidade é local. Mas vejo com bons olhos a criação de um mercado de compensação ambiental, de reserva legal. ■

## Está esgotada a fase de inserir a sustentabilidade na agenda do setor empresarial. Agora é vez da verificação

--- ✦ --- POR FRED ALVES

A majestosa Mata Atlântica se foi, poucos mantiveram a posse da terra, mas o beiju sobreviveu. Bolo de massa de mandioca, muito fino, consumido de norte a sul do Brasil, ele nasceu da cultura tupi-guarani — o *mbe'yu*, ou “enroscado”. Hoje representa um pouco da história de vários povos, como os quilombolas de Sapê do Norte, no norte do Espírito Santo. Ali, o Festival do Beiju ocorre anualmente como forma de reforçar a identidade cultural das poucas mais de mil famílias afro-descendentes e criar possibilidades de comercialização. É de casas de farinha como a de Marlene Gerônimo que sai a iguaria, depois de peneirada, temperada e trabalhada no tacho quente. Em Sapê do Norte, além da mandioca, as comunidades cultivam coco e amendoim — ambos inseridos na “cadeia” de produção do beiju.





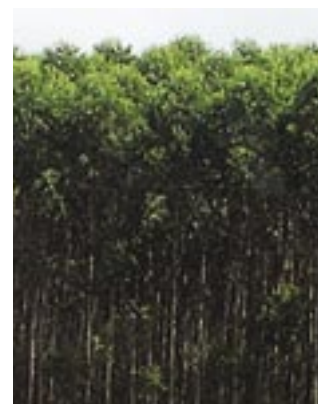
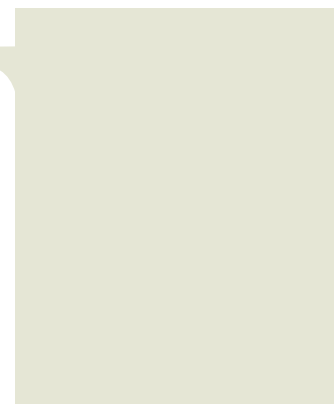
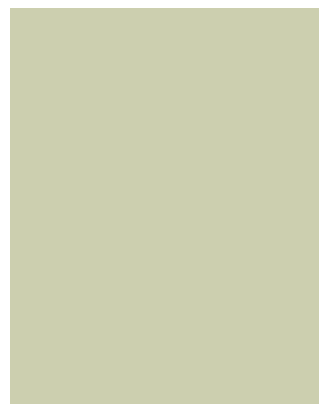
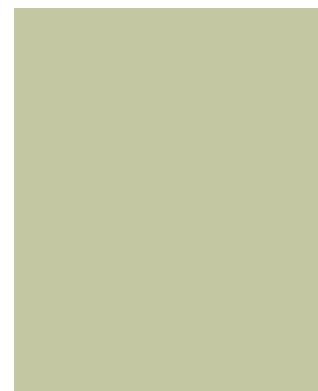
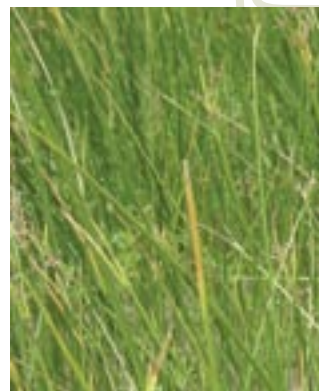
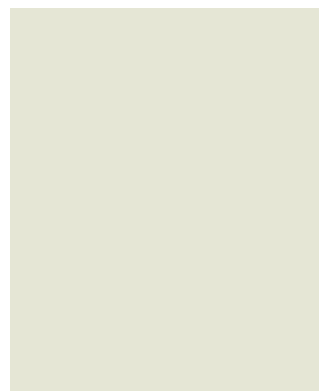
# ALDEIAS

# de BABEL

EMPRESAS CONQUISTAM OS MERCADOS GLOBAIS, MAS A GRANDE QUESTÃO

É FALAR A LÍNGUA DOS PÚBLICOS LOCAIS COM OS QUAIS INTERAGEM

✦ POR AMÁLIA SAFATLE



A sociedade contemporânea não se cansa de refletir sobre a globalização, fenômeno econômico, social e cultural que pressupõe a quebra de barreiras e a formação de uma aldeia global. É sedutora e até poética a idéia da recriação de uma verdadeira Pangéia, onde as decisões sejam tomadas em prol de uma única comunidade, de proporção mundial.

No entanto, essa reflexão quase sempre se depara com os paradoxos da globalização. A tecnologia da informação conectou as pessoas e tornou o planeta intercomunicável. Ao mesmo tempo, cresceu a consciência de que o mundo é um só ecossistema, inteiramente sujeito às mudanças ambientais globais. Mas nem por isso o entendimento da humanidade aumenta nessa proporção.

Tal mensagem passa até nas telas do cinema. O premiado filme *Babel* — já sugere o nome — mostra o grau de utopia da aldeia global. *Babel* lança mão de três narrativas que se entrelaçam para dizer que as mercadorias, sim, ganham um mundo sem fronteiras, enquanto as pessoas mal conseguem transpor as barreiras da compreensão.

Se a globalização é um fenômeno de raízes econômicas, impulsionado com o aumento das transações comerciais pós-Guerra Fria, o setor privado deveria ser por excelência um campo pródigo na construção de relações capazes de construir uma aldeia global. Ou, ao menos, no exercício dessa construção.

## SEGUNDO O DIRETOR DA ARACRUZ, O LITÍGIO COM OS ÍNDIOS, OS QUILOMBOLAS E O MST SERVIU PARA A EMPRESA REVER CONCEITOS COM BASE NA SUSTENTABILIDADE

Também por meio de três situações diferentes, mas com elementos em comum, esta reportagem aborda casos que envolvem três empresas: todas de capital nacional e privado, com ações negociadas em Bolsa, crescente participação nos mercados globais e investimento maciço em ações de responsabilidade social.

Trata-se da Natura, da Aracruz Celulose e da Companhia Vale do Rio Doce, que passaram, ou ainda passam, por crises de relacionamento com comunidades tradicionais e/ou com povos indígenas.

Por definição, comunidades tradicionais são povos ou grupos de pessoas que, relativamente isolados do convívio com a sociedade ocidental, desenvolveram tradições e identidade próprias, dentro de um determinado território. Povos indígenas, a princípio, estariam sob esse guarda-chuva, mas, em função de características especiais em relação ao Estado e à condição de



OTAVIO DIAS DE OLIVEIRA/FOLHA IMAGEM

cidadania, PÁGINA 22 faz essa diferenciação.

O caso da Natura envolve as populações ribeirinhas e as vendedoras de ervas do Mercado Ver-o-Peso, em Belém, que reivindicam o direito de receber benefícios, uma vez que possibilitaram o acesso da empresa a ativos da biodiversidade (reportagem à página 28).

O da Aracruz está ligado aos índios tupiniquim e guarani, no Norte do Espírito Santo. Com base em laudos da Fundação Nacional do Índio (Funai), esses povos exigem a demarcação de 11.009 hectares de terra, hoje nas mãos da Aracruz, por considerar que constituem parte de território indígena. A empresa, amparada em outros documentos, nega o direito e afirma que as terras foram adquiridas por ela de forma legítima. Comunidades quilombolas também reivindicam terras hoje sob posse da Aracruz e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) protesta contra a monocultura do eucalipto na região (reportagem à página 32).

O caso da Vale diz respeito aos índios xikrin na região da Serra dos Carajás. Os índios têm usado métodos de coerção para obter da empresa um volume crescente de

recursos e bens, a título de indenização pela ocupação de terras indígenas no transporte de minério de ferro. Em resposta à insatisfação constante dos índios, a empresa não só cortou a verba mensal como entrou com representação contra o governo brasileiro na Organização dos Estados Americanos (OEA), por entender que a solução do caso não compete mais a ela (reportagem à pág. 36).

Diante desses exemplos, e outros similares, a reflexão a se fazer é: como o setor empresarial pode estar inserido na aldeia do mundo globalizado ao mesmo tempo que tem dificuldade de se inserir nas “aldeias locais”?

Esse é um questionamento que o próprio diretor de Sustentabilidade e Relações Corporativas da Aracruz, Carlos Alberto Roxo, faz: “O relacionamento com as partes interessadas, a sustentabilidade e a necessidade de inserir esses elementos em um mundo globalizado representam toda uma nova dimensão para os negócios”.

Roxo conta que os litígios com as comunidades tradicionais, os povos indígenas e os movimentos sociais acabaram servindo para que a empresa buscasse internalizar a questão da sustentabilidade.



### TRÊS HISTÓRIAS ENTELAÇADAS

Natura, Aracruz e Vale são exemplos de empresas privadas, de capital nacional e aberto, com investimento maciço em ações de responsabilidade social, presença crescente no exterior e necessidade de se entender com públicos locais

AO ENTRAR com representação contra o governo brasileiro na OEA por conta do conflito com os xikrin, a Vale do Rio Doce interrompe o diálogo com os índios e fica mais longe da solução

“A Aracruz hoje desenvolve um plano integrado de sustentabilidade, a qual antes não era vista como um processo dentro da empresa. Temos refletido e enxergamos que a Aracruz precisa se adaptar a essa nova dimensão. E a Aracruz tem capacidade de se adaptar, caso contrário não teria chegado aonde chegou”, afirma o executivo.

As experiências das três empresas servem também para provocar reflexões sobre a responsabilidade social corporativa praticada no Brasil. Os casos mostram que a sociedade, cada dia mais consciente das questões socioambientais, exige que as companhias ajam com desenvoltura e transparência diante de uma miríade de variáveis culturais e antropológicas que se manifestam.

O próprio conceito da responsabilidade social, que faz parte da história recente no Brasil, já evoluiu: “A fase inicial da sustentabilidade, em que o importante era colocá-la na agenda do setor empresarial, está esgotada. A tendência agora é a da verificação”, afirma, em entrevista nesta edição, Fabio Feldmann, ex-deputado federal e nome de referência na história do movimento ambiental brasileiro e internacional.

Em resumo, fazer negócios tornou-se bem mais complexo, sofisticado e dinâmico que tempos atrás.

### AGENDAS POSITIVA E NEGATIVA

Há um fator fundamental que diferencia a Natura dos casos Vale e Aracruz, na visão de Fernando Mathias, advogado do Instituto Socioambiental (ISA). Segundo ele, a Natura tem todo interesse de ordem comercial e institucional em se relacionar com as comunidades, pois isso integra o conceito da própria empresa: é nas comunidades onde ela busca inspiração para seus produtos e acesso à matéria-prima. O bom relacionamento com essas partes interessadas, portanto, funciona como uma estratégia de operação, de marketing e de agregação de valor. Já nos casos da Aracruz e da Vale, diz Mathias, as comunidades não estão diretamente relacionadas aos produtos que vendem — celulose de eucalipto e minério de ferro. “Ao contrário, são partes a ser indenizadas e compensadas, por pressão pública ou judicial”, diz.

Enquanto na Natura as comunidades são vistas como uma agenda positiva, na Aracruz e na Vale constituem uma agenda negativa”, afirma Mathias. Isso explicaria a forma ativa como a Natura tem buscado — e conseguido — o diálogo e o entendimento com as partes interessadas.

Essa diferença ocorre também em relação aos consu-

midores. Especialmente no caso da Vale, o consumidor final faz pouca relação entre o produto fabricado com o minério de ferro e a origem da matéria-prima. Na cadeia de papel e celulose, a “proximidade” entre a matéria-prima e o produto final é um pouco maior. Mas, na Natura, trata-se de uma relação muito mais próxima.

Há ainda outra diferença de fundo. As experiências da Vale e da Aracruz carregam no bojo centenas de anos de uma tensa relação entre empresas e povos indígenas no Brasil. “Historicamente, é um relacionamento que nunca deu certo. Foi sob o setor privado, com o beneplácito do Estado, que os índios perderam suas terras”, afirma Mércio Pereira Gomes, presidente da Funai.

O que não quer dizer que o entendimento seja impossível, ressalta Marcio Santilli, coordenador do ISA, ex-deputado federal e ex-presidente da Funai. Ele cita como uma gestão bem-sucedida de crise a vivida entre a Eletronorte e os índios waimiri atroari, por conta do alagamento de terras indígenas na construção da hidrelétrica de Balbina, na divisa do Amazonas com Roraima (leia quadro abaixo).

Maristela Bernardo, socióloga e presidente do Conselho Diretor do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), afirma que um primeiro passo para gerenciar crises entre o setor privado e as comunidades tradicionais — essencial para entender as possibilidades de sinergia

entre as partes — é reconhecer a profunda diferença de interesses e valores dos dois lados.

“Essa diferença pode ser constatada na forma como cada um vê os recursos naturais. Para as empresas, por mais que seus dirigentes sejam sensíveis ao temário ambientalista ou que elas mesmas tenham formalmente entre seus objetivos contribuir para o ‘desenvolvimento sustentável’, seu olhar último para o ecossistema é aquele que o vê como insumo ou como território estratégico para sua realização no mercado”, diz Maristela. “E, portanto, o seu olhar para as populações que nele vivem também será para um potencial ‘inimigo’ a ser vencido, aliciado ou mantido sob controle”, conclui.

#### DIFERENTES PROJETOS EXISTENCIAIS

Já para as populações tradicionais, o modo de vida se confunde com a existência do ecossistema. Assim, explica Maristela, quando elas estão em negociação com a empresa, além do evidente interesse material na obtenção de renda, está em jogo principalmente a defesa de um modo de vida, de uma cultura, de uma visão de mundo que se funde com o ecossistema.

“Estão em confronto diferentes projetos existenciais”, resume. Segundo ela, não é incomum os negociadores das empresas manifestarem irritação diante do que consideram a defesa de um estilo de vida “atrasado” por parte

## NA AMÉRICA DO SUL, NUM CLARO INSTANTE PROGRAMA DA ELETRONORTE RESGATOU OS WAIMIRI, QUASE EXTERMINADOS NOS ANOS DE CHUMBO

Não tome o episódio da Vale do Rio Doce e os índios xikrin como um indicativo de que a relação entre empreendedor e povos indígenas será sempre conflituosa. A mensagem é do antropólogo Marcio Santilli, do ISA. “Um bom contraponto a esse caso é o da Eletronorte”, avalia.

Segundo ele, o programa desenvolvido pela estatal com os índios waimiri atroari tem mostrado resultados objetivos, dos quais o mais indicativo é seu crescimento populacional. Com menos de 400 integrantes no início dos anos 1980, os waimiri atroari hoje somam cerca de 1.200 indivíduos.

Nascido em 1988 de um convênio com a Fundação Nacional do Índio, com duração prevista de 25 anos, o programa é coordenado por Porfírio de Carvalho, indigenista que 1969 integrou a frente de contato da Funai com essa etnia. Os objetivos do programa são que os índios desenvolvam uma economia própria, e preservem suas tradições culturais como forma de coesão da comunidade e proteção do território.

Os recursos são bancados pela Eletronorte, a título de indenização pelos impactos da construção da hidrelétrica de Balbina. Em 2005, a receita gerada pelos próprios índios, sem contar os recursos repassados pela empresa, foi de R\$ 1,112 milhão.

Segundo a Funai, a construção de Balbina provocou a inundação de uma área de 30 mil hectares dos waimiri atroari e deslocou duas aldeias, no Amazonas. Esse povo já havia sofrido outros revezes — um deles quando o então presidente João Figueiredo decidiu extinguir a reserva para que a empresa Paranapanema instalasse o Projeto Pitinga, para exploração de cassiterita na região.

Segundo depoimento de Carvalho na revista *Brasil Indígena*, sertanistas e indigenistas tiveram um papel importante ao mediar acordos para que os empreendimentos, naqueles anos de chumbo, não afetassem os índios e seus territórios. As primeiras negociações entre índios e agências de desenvolvimento surgiram apenas em 1977.



ENQUANTO as comunidades para a Aracruz são atores a ser indenizados pelo impacto do plantio de eucalipto, no caso da Natura tornam-se players para o acesso à biodiversidade



das comunidades, arrogando-se o direito de julgar, com base em seus próprios valores, o que é bom para elas.

Surge, então, um delicado paradoxo. Cada um dos lados precisa enxergar o outro como um igual... mas diferente. Igual na escala de direitos, e diferente no modo de vida e na visão de mundo.

A diferença do poderio econômico entre as partes é brutal — e facilmente pode resvalar para uma demonstração de força das empresas na busca da intimidação ou do aliciamento ao qual se refere Maristela.

Mas nem por isso é possível passar uma régua entre o bem e o mal, a vítima e o algoz. A atitude das empresas hoje é o resultado do que a sociedade brasileira — com todas as suas partes — produziu durante mais de 500 anos, durante épocas obscuras de colonização, exploração e ditaduras.

Os europeus que aqui chegaram, mesmo descobrindo que não estavam na

Índia, continuaram chamando os habitantes locais de índios, “ignorando propositalmente as diferenças lingüístico-culturais”, como assinala um texto de autoria da Funai. “Era mais fácil tratar os nativos de forma homogênea, já que o objetivo era um só: o domínio político, econômico e religioso”.

Se as empresas terão capacidade de lidar com as atuais crises de relacionamento, é outra história, no sentido literal da expressão. Existe, de fato, uma outra história a ser trilhada, que começa na globalização e pode desembocar na construção de uma verdadeira aldeia global.

Até porque, como diz Maristela, as populações tradicionais, embora pouco letradas e sem poderio econômico, lidam com valores nacionais, do planeta e da humanidade. “Está aí potencialmente um grande poder político que não raro surpreende as empresas e as coloca em xeque”.

Entre as três empresas procuradas, a Companhia Vale do Rio Doce não atendeu a reportagem. Por meio de sua diretoria de comunicação, recusou-se a falar sobre a questão dos índios xikrin. Respondeu que esse é um caso de polícia e qualificou a pauta como “um ponto fora da curva”. Afirmou, ainda, que a empresa estaria disponível para falar sobre projetos de responsabilidade social — dos quais a questão com os xikrin, no entender da empresa, não faz parte. ■

EMBORA POUCO LETRADOS E SEM PODERIO ECONÔMICO, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS LIDAM COM VALORES DA HUMANIDADE QUE NÃO RARO COLOCAM AS EMPRESAS EM XEQUE

# Da. A NATURA, FILO E SEU BIRICO

COM RUÍDOS NA COMUNICAÇÃO, EMPRESA E COMUNIDADE ENTRARAM EM CRISE. PARA SUPERÁ-LA, USOU-SE ATÉ TEATRO DE BONECOS

**N**a primeira semana em que assumiu a gerência de Relacionamento com Comunidades – uma área dentro da diretoria de Sustentabilidade da Natura – Fernando Allegretti teve de mostrar rapidamente a que veio. “Entrei e estourou a crise”, diz. Ele já havia assessorado a Natura quando trabalhava na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, de onde se extrai o óleo de castanha que deu início à linha Ekos. Mas agora estava na posição de representante da empresa.

A crise a que Allegretti se refere envolveu a Natura

**RAIZ DA QUESTÃO.** A *priprioca*, usada na linha Ekos, foi pivô na disputa sobre direito a repartição de benefícios

e as “erveiras”, tradicionais vendedoras de ervas e outros produtos para rituais místicos, para medicação e aromatisação no Mercado Ver-o-Peso, em Belém. Elas acusavam a Natura de ter se apropriado de seu conhecimento ao lançar produtos à base de essências da Amazônia, sem que fosse repartido com elas os benefícios resultantes da venda desses produtos.

As ervaíras de fato tinham servido como “ponte” entre a empresa e comunidades tradicionais que cultivam raízes como a *priprioca* e extraem resinas de árvores como o breu-branco, cujas essências são utilizadas em banhos de cheiro das populações locais e viraram ingredientes de perfumes, desodorantes e águas de banho da Natura.

A empresa, que já havia protocolado uma série de pedidos de contratos no Conselho de Gestão de Patrimônio Genético (Cgen) – órgão do governo federal que regulamenta o acesso a patrimônio genético e a conhecimento tradicional e repartição de benefícios –, pela primeira vez se deparou com a necessidade de reparti-los não com os detentores originais do conhecimento, mas com o que se chama de “intermediários”.

Por ser a lei um tanto vaga e estar em processo de regulamentação, possivelmente a Natura ganharia a brigam com as ervaíras na Justiça, reconhece Allegretti. As ervaíras, a rigor, não constituem comunidade tradicional, não têm um território reconhecido, e nem mesmo a associação que as congrega, a Ver-as-Ervas, estava oficializada na época.

EM ACORDO. Allegretti, da Natura, e Rosário, de Boa Vista do Acará, visitam plantação de *priprioca*: acesso a conhecimento tradicional



Mas a empresa entendeu que, estrategicamente, deveria buscar um diálogo. “Aproveitamos a crise de forma positiva, até para criar jurisprudência no País”, conta Marcos Egydio Martins, diretor de Sustentabilidade.

As ervaíras se diziam usurpadas e o caso repercutia mal na imprensa. Elas se queixavam de que as comunidades tradicionais, por negociar diretamente com a Natura, teriam “inflacionado” o preço dos produtos e a empresa, copiado a forma de manipulação das essências. As relações começaram a se deteriorar. Além disso, segundo Egydio, o Ministério Público estadual queria impedir o nosso contato com elas, alegando risco de cooptação.

“Fomos proativos e chegamos a elas: ‘Qual é a bronca?’ ‘O que está acontecendo?’”, conta Allegretti.

Mas a comunicação não fluiria assim tão facilmente. Era preciso um “tradutor” capaz de atravessar o abismo cultural entre as partes. Então a empresa chamou à cena uma organização não governamental, o Centro Artístico Cultural Belém Amazônia, conhecido como Rádio Margarida, para que criasse um canal de entendimento.

“Havia um verdadeiro telefone sem fio, envolvendo até pessoas terceiras que davam palpites e influenciavam as ervaíras”, conta Osmar Pancera, presidente da instituição conhecida por ter criado um método de educação popular juntamente com a Universidade Federal do Pará. A proposta foi realizar uma encenação do teatro de bonecos. E funcionou.

A primeira etapa, diz Pancera, foi observar como se



FOTOS: MAURO ALVARES/AVULCENET



LAVADA NO RIO,  
a pripioca agora  
é plantada de  
forma orgânica.  
Um acordo  
comercial garante  
renda anual  
às famílias

A NATUREA TEM TODO  
O INTERESSE NO  
RELACIONAMENTO COM AS  
COMUNIDADES, POIS SÃO  
PLAYERS NA VEGETALIZAÇÃO  
DA LINHA DE PRODUTOS



davam os ruídos de comunicação. A segunda, construir uma linguagem que se apropriasse do imaginário das erveiras e das comunidades, de forma que a Natura conseguisse dialogar com essas partes. “Tivemos de nos debruçar sobre o texto da legislação (*de acesso a patrimônio genético e repartição de benefícios*), e traduzir o jurídico para o português. Mesmo assim, a mensagem continuava hermética. Era preciso passar o português para o paraense, incorporando todos os trejeitos e as características locais”, conta.

A primeira encenação, acompanhada de uma apresentação de PowerPoint, serviu para quebrar o gelo. A Rádio Margarida havia criado dois personagens, o Seu Birico, integrante de uma comunidade do Alto Juruá, onde a Natura já havia atuado, e a Dona Filó, uma erveira. Seu Birico queria casar com Dona Filó, mas ela não queria saber de conversa.

“Na segunda apresentação”, conta Pançera, “a gente conseguiu restabelecer o diálogo com as erveiras”. Mas Dona Filó era muito desconfiada e queria levar tudo para o papel. “E, na terceira, conseguimos costurar um acordo. Nesta última encenação, Birico finalmente se casava com Filó.”

“Hoje a gente até esquece que teve esse equívoco”, diz Deuzarina Correia, a Dona Deuza, presidente da Associação Ver-as-Ervas. “Agora está tudo resolvido, mas precisa ter o olho no olho.”

### IMPRESSÃO DIGITAL

Na avaliação de Maristela Bernardo, do IEB, a Natura já representa hoje um certo padrão de conduta socioambiental e conseguiu estabelecer um modelo de parceria para a exploração de recursos naturais com respeito aos direitos das populações tradicionais. “Evidentemente essa não é uma situação estática, é um investimento em cultura empresarial de ponta que precisa ser permanentemente cultivado e dinamizado para subsistir”, afirma.

A Natura tem todo o interesse nisso. Mais que o investimento na linha Ekos, a empresa está em processo de vegetalização de todos os seus produtos, ou seja, de substituição dos ingredientes de origem animal pelos de origem vegetal. E os grandes *players* nessa empreitada são as comunidades tradicionais.

Em dezembro de 2006, com a presença do advogado que representa a Natura e o da comunidade – este pago também pela empresa –, foi assinado um acordo com fornecedores de pripioca de Boa Vista do Acará, Cotijuba e Campo Limpo, vilarejos próximos a Belém, para repartição de benefícios por acesso a patrimônio genético e a conhecimento tradicional. Além disso, havia sido firmado um acordo para fornecimento do produto: 6 a 7 toneladas anuais, o que rende a cada família R\$ 1 mil por safra.

As ações da Natura em Boa Vista ainda incluem a

formação de um fundo de recursos para atender as necessidades locais e o desenvolvimento de projetos sustentáveis sob a assessoria do Instituto Peabiru. João Meirelles, coordenador do Peabiru, estuda a exploração de mel de abelhas nativas, de frutas e de ervas, atividades que proporcionam renda enquanto se mantém a floresta em pé.

O acordo aconteceu em clima de festa, em um galpão recém-construído na comunidade, com balões coloridos, fatura de comida e presença da imprensa – sob os olhares curiosos da pequena comunidade local. “Espero que essa parceria se prolongue por muitos anos”, disse na cerimônia Paulo Arara, habitante da comunidade que as erveiras haviam indicado à Natura para ter acesso à raiz.

“Antes a gente vivia só da venda da pripioca, da farinha e da macaxeira no Ver-o-Peso”, conta José Hélio Teles do Rosário, presidente da Associação dos Produtores de Pripioca de Boa Vista, que congrega 23 famílias, de um total de 150. “A gente não sabia que tinha esse direito (*a repartição de benefícios*)”. As demais famílias não quiseram participar do acordo porque, segundo ele, já houve ofertas de muitos projetos que não deram em nada.

Mas, desta vez, Rosário acredita que será diferente. “O pessoal da Natura disse que não pode queimar nem colocar veneno. Que é para a gente plantar em canteiro, não em roça queimada. Eles explicam o que é bom para a gente.”

Allegretti conta que, inicialmente, o contrato previa



### TELEFONE COM FIO

A Rádio Margarida, organização não governamental especializada em educação popular no Pará, foi peça importante no acordo. Através do teatro, quebrou o gelo entre as partes e conseguiu traduzir o “juridiquês” para a linguagem regional

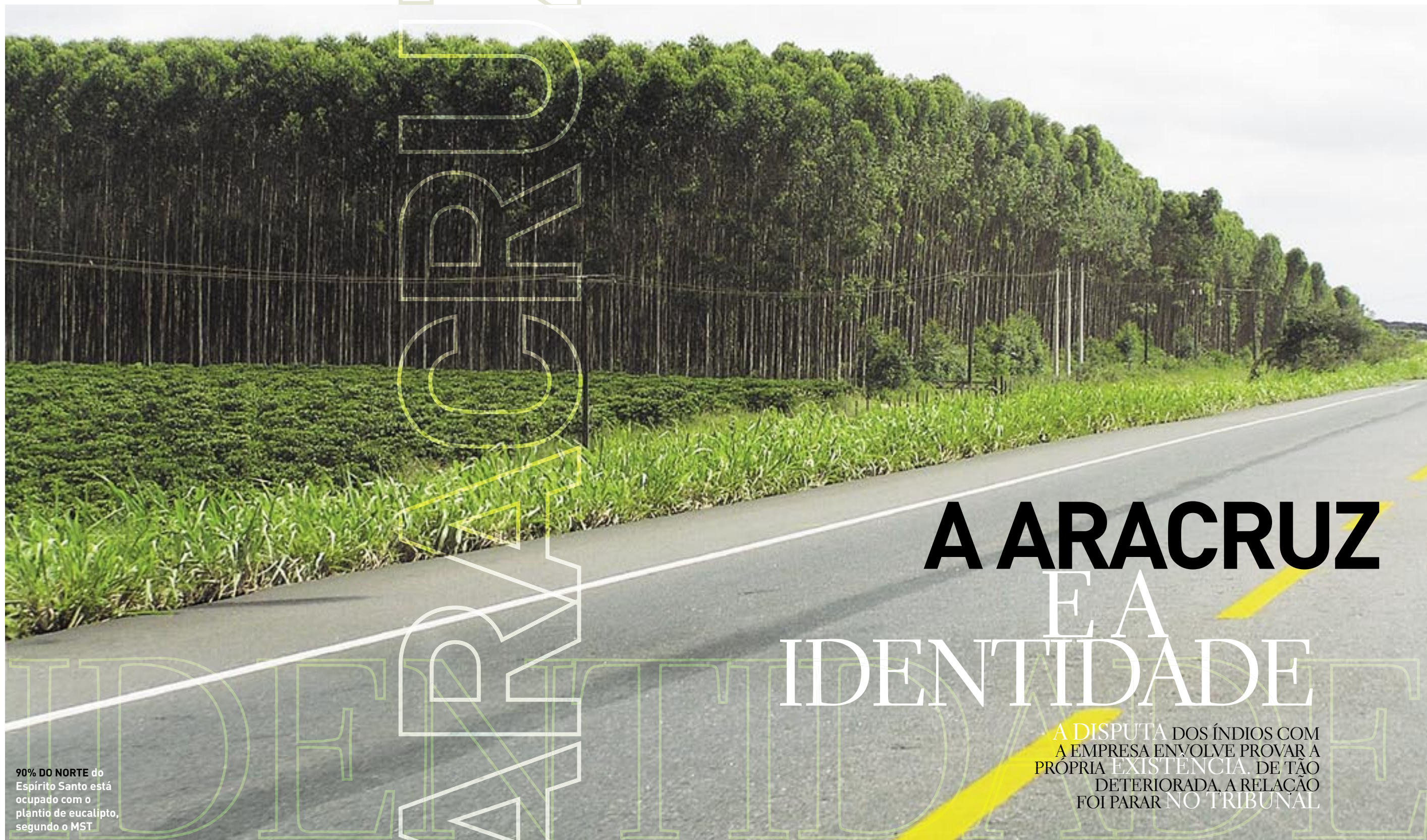
apenas repartição por acesso a patrimônio genético e não conhecimento tradicional também. Um primeiro acordo foi desenhado, mas desfeito. “Percebemos que estava errado e bateu um desespero. Achei que as pessoas da comunidade não estavam entendendo nada. Paramos tudo e começamos de novo”.

Hoje, ao ver a mãe de Paulo Arara assinando um contrato de complexos termos jurídicos com a impressão digital, Allegretti se diz mais tranquilo. Bruno Kono, advogado da associação, afirma que o contrato foi construído cláusula por cláusula, refletindo as expectativas das duas partes. “As reuniões da associação foram feitas sem a presença da Natura e meu trabalho foi o de conscientizá-los sobre seus direitos”, diz Kono.

Ao fim da cerimônia, a emoção aumentou. Estava na hora de algumas pessoas da associação pegar um barco para uma longa viagem. O destino era a fábrica da Natura, em Cajamar (SP), onde veriam o processo de transformação da matéria-prima em produto final, e conheceriam o presidente e os conselheiros da empresa.

O barco os levou a Belém, de onde tomaram um avião pela primeira vez. Lá, ficaram hospedados no hotel cinco estrelas em que estava Allegretti. Alguns nunca tinham ido para além da capital. Nos preparativos da viagem, perguntaram se era preciso levar rede e corda.

— por Amália Safatle



# A ARACRUZ

# E A IDENTIDADE

A DISPUTA DOS ÍNDIOS COM A EMPRESA ENVOLVE PROVAR A PRÓPRIA EXISTÊNCIA. DE TÃO DETERIORADA, A RELAÇÃO FOI PARAR NO TRIBUNAL

90% DO NORTE do Espírito Santo está ocupado com o plantio de eucalipto, segundo o MST



A EMPRESA RECONHECE QUE ACORDOS COMERCIAIS COM OS ÍNDIOS SERVIRAM APENAS PARA ADIAR A SOLUÇÃO DO PROBLEMA

Diante da pergunta da reportagem sobre uma possível negociação entre os índios guarani e tupiniquim e a empresa Aracruz, o cacique Toninho Guarani mostrou alguma indignação. Entendeu negociação como abrir mão, ou fazer concessões, daquilo que lhe é mais valioso. “Não queremos negociação porque significa rasgar nossa identidade”, respondeu.

O contexto explica a preocupação de Toninho Guarani com o uso da palavra: a disputa envolve a posse de terras, e a base de argumentação da Aracruz está no fato de que os índios, que reivindicam a área em litígio, não vivem de acordo com suas tradições. Assim, para os índios, provar sua identidade é crucial para ganhar a briga no Ministério da Justiça, onde o caso foi parar. Os índios baseiam-se em laudos da Funai, que determinam a demarcação das terras. Caberá ao ministério aceitar a recomendação, rejeitá-la, ou pedir novos estudos.

“A Aracruz tem mania de dizer que esse território não tem índio, quando sempre foi habitado pelos tupiniquins e guaranis. A empresa tem 407 mil hectares de terras e reivindicamos a demarcação de 11.009 hectares”, diz.

Segundo Carlos Alberto Roxo, diretor de Sustentabilidade da Aracruz, a empresa tem provas de que as áreas foram compradas de forma legítima em 1967, época em que não havia aldeias indígenas na região. “Dez anos antes mesmo de chegarmos, as áreas já haviam sido muito desmatadas para alimentar os fornos de uma siderúrgica que havia em Vitória e fotos aéreas mostram que não havia agrupamentos indígenas no local.”

Roxo explica que entre 1975 e 1983, a Funai começou a identificar descendentes de índios na região, a fim de protegê-los e reuni-los em algum lugar. Segundo ele, o processo teria sido controverso até dentro da Funai, pois



ALÉM DAS INVASÕES às instalações e o clima de incerteza jurídica, a Aracruz perde ao não receber o selo FSC, vetado a produtos oriundos de área em litígio com povos indígenas

descendentes já descaracterizados das tradições indígenas teriam se declarado índios para obter as terras.

Entre 1994 e 1998, a Funai havia reconhecido uma área de 18.070 hectares, mas o então ministro da Justiça, Íris Rezende, demarcou apenas 7.061 hectares, alegando que os índios não precisavam de tanta terra, pois já não viviam de caça ou extrativismo, e sim da pequena agricultura.

Segundo Roxo, os índios acataram a decisão e, em contrapartida, a Aracruz ofereceu contratos para fornecimento de madeira de eucalipto, com garantia firme de compra, por 20 anos, como uma forma de os índios obterem renda. Mas, depois de uma assembleia geral em 2005, os índios decidiram retomar a luta pela terra e romperam o contrato com a Aracruz. A partir daí, segundo o diretor, a disputa foi marcada por invasões às instalações da Aracruz, ocupação do porto de Vitória e agressão a funcionários da empresa. “Agora vejo que foi um erro fazer acordos que só empurraram o problema com a barriga. Enquanto a questão de fundo, que é a quem cabe a posse da terra, não for resolvida, não há como retomar a relação entre as partes”, admite Roxo.

Winnie Overbeek, técnico da ONG Fase no Espírito Santo, afirma que, apoiada pelo governo militar, a Aracruz se apropriou de terras indígenas e quilombolas. “Cerca de 30 aldeias foram extintas e os quilombolas que ocupavam uma área de 200 mil hectares não conseguiram nenhum tipo de devolução ou indenização”, diz.

Além dos índios e quilombolas, a empresa também está em conflito com o MST, que protesta contra a monocultura do eucalipto no norte do Espírito Santo e sul da Bahia. Segundo Edinalva Moreira Gomes, membro da coordenação do MST no Espírito Santo, mais de 90% do norte do estado está ocupado com a plantação de eucalipto. “Se dependesse do movimento camponês,

a Aracruz não existiria”, diz Edinalva.

Overbeek afirma que o ponto mais sensível está em uma campanha da empresa junto à população local e aos funcionários contra os índios, incitando a discriminação e o racismo. Outdoors com a frase “A Funai trouxe os índios. A Aracruz trouxe o progresso” ficaram expostos durante duas semanas nas cidades capixabas de Aracruz e Coqueiral, espalhados por um movimento de apoio da população local à Aracruz.

“Consertar os prejuízos da campanha discriminatória contra a população indígena vai durar muito tempo. No dia 13 de dezembro, quando 200 índios estavam ocupando pacificamente o porto de exportação da Aracruz, houve quase um massacre por uma multidão de 2 mil trabalhadores, sobretudo terceirizados, liberados para essa ‘manifestação’ pela empresa”, diz Overbeek.

Segundo Roxo, a empresa condena manifestações discriminatórias contra os índios. “O que mais queremos neste momento é uma definição da Justiça e uma segurança jurídica para operar. Mesmo que a Justiça determine a recomendação da Funai, é melhor do que trabalhar sobre incerteza”, diz o executivo.

Para ele, as duas partes perdem com a não-solução do conflito: os índios, que perderam um substancial rendimento ao interromper o fornecimento da madeira, e a Aracruz, que tem prejuízos de imagem, inclusive por não conseguir o selo Forest Stewardship Council (FSC) para sua madeira: a certificação é vetada a produtos de área em litígio com povos indígenas.

Mércio Gomes, presidente da Funai, resume em uma frase a possibilidade de a Aracruz ganhar a causa: “Um advogado lhe dá direito a *habeas corpus* se você provar que matou a mãe uma só vez”. - por Amália Safatle

# A VALE, OS XIKRIN E O ERRO DE ORIGEM

A **RELAÇÃO** ENTRE OS ÍNDIOS E A MINERADORA, FIRMADA EM UMA **LOGICA ASSISTENCIALISTA**, DESCONSIDEROU ASPECTOS **CULTURAIS**, DIZEM ESTUDIOSOS

O relacionamento entre a Vale do Rio Doce e os índios xikrin é de tal intensidade que até se tornou objeto de vastos estudos acadêmicos. Cesar Gordon, antropólogo, etnólogo e professor do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, encontrou nessa relação um rico material para explicar os efeitos da circulação de dinheiro e bens industrializados na economia política nativa.

Em sua obra *Economia Selvagem - ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre* (Editora Unesp), fica clara a complexidade da relação entre os índios e a Vale, e patente que dificilmente um acordo será possível entre as partes se determinados aspectos antropológicos não forem compreendidos pela empresa.

O caso Vale-Xikrin é um pau que nasceu torto, nas palavras de Marcio Santilli, do Instituto Socioambiental. “A Vale sabe disso, só não sabe endireitar. Houve um erro de origem, estabelecido na relação firmada dentro de uma lógica assistencialista, que gera demanda eterna de mais

e mais recursos, sem que tivesse havido uma programação adequada, inclusive por parte da Funai. As crises sempre foram negociadas pela Vale casuisticamente”, afirma Santilli, que chegou a participar de um plano de desenvolvimento sustentável com os xikrin.

Antes disso, conta Santilli, os índios haviam firmado contratos ilegais com madeireiros, para exploração de mogno, patrocinados pela Funai no tempo da ditadura. “Nessa época da madeira, os xikrin tinham até avião, que dentro de sua mitologia está relacionado à ave, um símbolo de poder.”

Gordon, em uma investigação histórica, mostra que os objetos manufaturados do homem branco — pivôs da discórdia com a Vale — já era uma questão para os xikrin há 150 anos, a ponto de definir suas políticas de aproximação ou recuo diante do branco. “Isto é, a questão já estava posta desde cedo, e, do ponto de vista dos xikrin, é antes causa que efeito do contato”, escreve o antropólogo em *Economia Selvagem*.

“Não foi por falta de assessoria técnica que o conflito se criou. A Vale sempre se fez assessorar por técnicos e antropólogos”, afirma Santilli. “A história da empresa se confunde com o aumento do conhecimento sobre

**OS OBJETOS do homem branco já eram uma questão para os xikrin há 150 anos. Ao lado, o cacique Karangre**



EM UMA DE SUAS manifestações, cerca de 200 xikrin ocupam instalações da Vale em Carajás (PA)

A VALE GARANTIA UMA VERBA SIGNIFICATIVA AOS ÍNDIOS. PARA ELES, NUNCA FOI O BASTANTE. POIS O QUE ESTÁ EM JOGO É “CAPTURAR” A CULTURA DO INIMIGO

os índios.” Mas esse conhecimento parece não ter sido utilizado, e a afluência da Vale na região só fez alimentar a relação dos xikrin com os bens materiais.

Até interromper a verba mensal repassada aos índios, a Vale proporcionava considerável quantia de recursos e melhorias nas comunidades. O problema é que, a cada dia, os xikrin querem objetos mais sofisticados, em maior quantidade, como em uma espiral inflacionária.

Em seus estudos, Cesar Gordon percebeu que os objetos funcionam como uma diferenciação de poder dentro da tribo. À medida que determinado objeto deixa de promover diferenciação (torna-se comum, pois outros integrantes os buscam para melhorar seu “status”), é preciso buscar outro.

Os objetos são utilizados ritualisticamente, em cerimônias, conferindo a determinados integrantes da tribo



#### A FERRO E A FOGO

Para Marcio Santilli, o interesse em resolver o impasse é sobretudo da Vale, que é prejudicada desde quando os índios sentam no trilho do trem até quando fazem o caso repercutir em instâncias internacionais, como o Banco Mundial

uma ascendência sobre os demais. A sociedade xikrin entende que há integrantes com “nomes mais bonitos” (*meix*, em sua língua), ou seja, com maior poder e prestígio que outros. Usar determinado objeto é uma forma de conseguir esse nome. E possuir um objeto do branco é uma forma de mostrar dominação sobre ele.

Segundo o antropólogo, isso distancia os xikrin de complexos guerreiro-canibais descritos na Amazônia. Não se trata de comer o inimigo, ou arrancar-lhe a cabeça, mas de capturar sua cultura, material e imaterial, sua riqueza, sua beleza.

O fluxo de recursos da segunda maior mineradora do mundo na região funciona, portanto, como um fósforo no barril de pólvora. Dar dinheiro para aplacar os índios pode ter o efeito contrário. Para conseguir mais, uma das formas que encontraram foi fechar a estrada de ferro

da Vale que atravessa suas terras. “É a única forma que têm de chamar a atenção. Eles são uma minoria étnica insignificante. A Vale repassa recursos, mas nunca esteve preocupada com a integridade cultural desse povo”, diz Marcos Antonio Reis, integrante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Marabá (PA).

Para Santilli, a solução só poderá vir da relação entre a empresa e os índios, mas a Vale gostaria que a Funai resolvesse o problema. Ao entrar com representação na OEA, é como dizer que a solução não partirá mais dela.

“A Vale tem razão quando diz que a Funai tem responsabilidade. Temos dificuldade devido à falta de recursos. Mas é preciso dizer que a Vale recebeu 411 mil hectares de graça do Estado para explorar Carajás e firmou um contrato com os índios”, afirma Mércio Gomes, da Funai.

À parte a discussão de quem é a responsabilidade, o interesse em resolver a questão é da Vale. “Os xikrin constituem um elemento de instabilidade, que vai desde sentar no trilho do trem até fazer o caso repercutir internacionalmente, junto a instâncias como o Banco Mundial”, avalia Santilli.

Segundo Gordon, os xikrin continuam abertos ao diálogo e esperam que a Vale designe alguém capacitado para isso. “A Vale precisa mudar seu comportamento e sua estratégia. Já existem diagnósticos e propostas de novos modelos de gestão do convênio entre as partes, realizados por antropólogos que conhecem bem os xikrin. E sempre se podem fazer outros. O mais importante é não alijar os índios do processo. Qualquer projeto que não respeite suas próprias formas de decisão interna vai fracassar”, afirma. — *por Amália Safatle* ■

...POR FRED ALVES

As barracas onde são expostos os beijus de Sapê do Norte durante o festival são construídas com materiais encontrados na região. Vigas de eucalipto, cujas plantações se estendem pelo horizonte, sustentam as folhas de coqueiro que fazem a cobertura. O coco e o amendoim incrementam o beiju e facilitam a comercialização — como o artesanato, o beneficiamento de alimentos tem potencial para elevar em até 50% a renda das famílias.





# A FEBRE DO CARBONO NEUTRO

A SOCIEDADE ADERE EM PESO À COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES, MAS ATÉ QUE PONTO ESTÁ DISPOSTA A MUDAR COMPORTAMENTOS?

...POR DENISE JULIANI

O aquecimento global caiu na boca do povo. Se devido à percepção de que o clima anda mais extremo ou graças a eventos politicamente importantes, como o *Relatório Stern* — que, assinado pelo economista britânico Nicholas Stern, estima prejuízos da ordem de 20% do PIB global em consequência das mudanças climáticas —, é difícil apontar. Mas o resultado é que cada vez mais empresas e indivíduos começam a se mexer para compensar sua participação nas emissões de gases causadores do efeito estufa. Está criada a nova febre: a do carbono neutro.

Em termos de popularidade, o carbono neutro é nota 10, tanto que a expressão foi eleita a palavra do ano de 2006 pelo tradicional *Dicionário Oxford*. Mas, quanto à eficácia para aliviar o aquecimento global, é preciso lembrar que nem todas as empresas e pessoas terão incentivos econômicos para neutralizar suas emissões. E que, em um mundo que aspira ao crescimento econômico, é importante mudar comportamentos, os padrões de produção e consumo — principalmente o de combustíveis fósseis.

## O MANTRA, DE A A Z

Nos últimos dois anos o tema do aquecimento global tornou-se cada vez mais freqüente na mídia mundial. Pipocam notícias sobre idosos e crianças morrendo de calor na outrora fria Europa, ursos polares perecendo em meio ao gelo que derrete velozmente. Os brasileiros aprenderam a relacionar a questão à seca na Amazônia,

às enchentes no Sudeste e até mesmo a um inusitado furacão no Sul — o primeiro da história deste País abençoado por Deus, como dizia Jorge Ben nos idos dos anos 70, tempo em que poluição era sinônimo de progresso. No século XXI não há mais espaço para dúvidas, alerta a imprensa escrita e televisada, o clima está mudando e é preciso fazer algo a respeito.

A busca por uma solução salvadora já elegeu a neutralização de emissões como mantra. Os programas de neutralização voluntária de emissões de gases de efeito estufa se disseminam rapidamente pelo mundo, oferecendo, em sua maioria, o plantio de árvores para o seqüestro de gases em quantidade suficiente para compensar o volume emitido por determinada atividade.

Desde iniciativas de grupos de músicos para zerar as emissões geradas em suas apresentações até as da Copa do Mundo da Alemanha, em 2006, e a previsão de neutralização de gases nos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, vários eventos ajudam a popularizar o chamado carbono neutro. As empresas não deixam por menos.

A lista de companhias que declaram esforços para compensar suas emissões é crescente e conta com Honda, Toyota, Ricoh, o jornal *The Guardian*, Avis, British Petroleum, entre outras. Em 2005, o banco HSBC comprou créditos correspondentes a 170 mil toneladas de carbono equivalente para neutralizar as emissões de suas unidades em todo o planeta, inclusive no Brasil.

A montadora japonesa Mazda se comprometeu a plantar cinco árvores por unidade vendida de seu modelo

Demio e, desde 1998, neutraliza as emissões geradas com sua participação em feiras de automóveis. A British Airways oferece aos passageiros a possibilidade de neutralizar a viagem, o que significa um adicional no custo da passagem. A Tesco, principal cadeia britânica de supermercados, em uma atitude pioneira no mundo, incluiu em cerca de 70 mil produtos informações sobre a quantidade de carbono emitida na produção.

A profusão de exemplos inclui empresas brasileiras como os bancos Bradesco e ABN Amro, a concessionária de veículos paulista Primo Rossi, a Volkswagen Caminhões, o portal de internet iG, as rádios Alpha FM e 89 FM. A moda pegou até no mundo da moda: a São Paulo Fashion Week, principal evento do setor realizado em



## A MODA É ZERAR

De shows de música à Copa da Alemanha e à São Paulo Fashion Week, nada mais "in" do que compensar o carbono emitido. As empresas não ficam atrás. Para cada carro Demio vendido, por exemplo, a montadora Mazda planta cinco árvores



## O PLANETA PRECISA CORTAR 50% DAS EMISSÕES ATÉ 2050. COMO FAZÊ-LO EM UM MUNDO QUE ASPIRA CRESCER?

São Paulo no fim de janeiro, anunciou ter neutralizado as emissões por meio do plantio de 4.290 árvores de mais de 80 espécies nativas em uma área degradada da Mata Atlântica.

### O MAL PELA METADE

Novos casos não param de aparecer na mídia. Quem lê tanta notícia e tenta avaliar o tamanho da febre tem a impressão de que foi descoberta a “cura” para o mal que aflige o planeta. Basta cada um neutralizar suas emissões e o problema do aquecimento global estará resolvido. Simples assim? Nem tanto.

“Teoricamente, se todas as empresas e pessoas neutralizassem suas emissões, isso seria a cura; o problema prático é que nem todos tentarão, por questões econômicas e políticas”, diz o astrofísico Luiz Gylvan Meira Filho, do Instituto de Estudos Avançados da USP. “O fato é que o planeta precisa cortar suas emissões em 50% até 2050. A questão é como fazê-lo em um mundo em que a China cresce 10% ao ano e que boa parte dos países aspira crescer, ter acesso a comodidades modernas.”

Apenas um dado, o do consumo global de energia, permite vislumbrar a disposição do mundo, especialmente da Ásia, em continuar buscando o crescimento movido a combustível fóssil.

Em seu *Panorama Energético Mundial*, de 2006, divulgado em novembro, a Agência Internacional de Energia prevê que o uso do carvão, considerado o combustível mais “sujo” do planeta, aumentará em 32% até 2015 e 59% até 2030 — e 86% da demanda vêm da Ásia. Um desastre anunciado, considerando-se as necessidades de redução e o poder poluidor desse combustível.

Para o professor Meira Filho, o desafio é encontrar

um sistema que englobe todos os países de forma coordenada. “Pode ser com incentivo, com penalidade, uma junção das duas coisas, mas não tenho dúvidas de que virá uma regulamentação mais rigorosa relativa à questão climática e que alcançará todas as regiões do mundo”, afirma.

### UMA NOVA REALIDADE

Não se podem ignorar as pressões para que o combate ao aquecimento global inclua — por meio de metas nacionais para redução das emissões no segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, após 2012 — não só os Estados Unidos, mas economias emergentes como China, Índia, Brasil, México e África do Sul, diz Fernando Giachini Lopes, diretor da Key Associados, uma consultoria da área ambiental que oferece serviços de neutralização no Brasil. “Nada impede que o que acontece com as empresas européias venha a ocorrer com as brasileiras em um futuro não muito distante”, alerta.

Hoje, cerca de 12 mil companhias do continente europeu têm metas de redução de emissões e, destas, cerca de 70% são do setor de energia. No balanço financeiro dessas companhias existe uma linha dedicada à despesa com a compra de créditos de carbono ou a receita com a venda de seus excedentes, o que pode acabar ajudando na própria gestão da empresa. “A neutralização tem sido buscada como uma estratégia de marketing, porém, se bem-feito, o inventário das emissões é uma importante ferramenta de análise de risco e planejamento para as empresas”, afirma Giachini.

Foi justamente como estratégia de marketing empresarial que a onda da

neutralização de carbono chegou ao Brasil, pela mão das consultorias especializadas em soluções ambientais. A ideia acabou caindo no gosto dos indivíduos, em um caminho inverso ao que ocorreu na Europa, por exemplo.

“Empresas começaram a desenvolver programas de neutralização de carbono para atender a demanda do cidadão médio, em geral alguém com certa reserva de capital e consciência ambiental suficiente para aderir”, conta o consultor Francisco Maciel, referindo-se à

Europa. As neutralizações ganharam força após as cerca de 20 mil mortes ocorridas devido ao excesso de calor em alguns países do continente no verão de 2003.

Maciel faz parte da Iniciativa Verde, organização não governamental que trabalha exclusivamente com projetos de neutralização por meio do plantio de árvores nativas. Um de seus primeiros trabalhos foi a neutralização da Oitava Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, realizada em março de 2006, em Curitiba.

Além de calcular a quantidade de gases de efeito estufa emitida por pessoas ou empresas, a Iniciativa Verde garante que consegue neutralizar todo o ciclo de vida de produtos consumidos. Ao final do processo, emite um selo para que o cliente possa mostrar



### OS FÓSSEIS AINDA EM VOGA

Apesar da conscientização em relação às mudanças climáticas, boa parte dos países ainda usa combustíveis considerados “sujos” para crescer. O consumo de carvão, por exemplo, deve aumentar 59% até 2030



## MUITAS EMPRESAS BUSCAM A COMPENSAÇÃO COMO **MARKETING**, MAS O **INVENTÁRIO** DE EMISSÕES PODE SER USADO NA **GESTÃO**

ao mundo sua neutralização. O processo da Iniciativa Verde não prevê auditoria, etapa desnecessária na visão de Maciel, porque a metodologia está disponível no site da ONG, para ser conferida e, até mesmo, copiada.

### TODO CUIDADO É POUCO

Mas há quem não abra mão das auditorias para verificar se a aplicação dos recursos de um cliente que contratou a neutralização está sendo feita conforme o contrato. Um dos riscos nesse mercado — novo e não regulamentado — é pagar pelo plantio de árvores que jamais serão semeadas. O prejuízo, nesse caso, é duplo: do cliente e do esforço global para equilibrar a quantidade de carbono na atmosfera.

Giachini, da Key Associados, diz que o cuidado “deve começar com o levantamento do inventário de emissões” e o ideal é seguir normas como a ISO 14064, que padroniza os procedimentos de contabilidade de gases de efeito estufa para fins de redução de emissões ou negociação com créditos de carbono.

Outra pergunta que ronda os envolvidos nesse mercado nascente é se haverá espaço para tanta árvore. Francisco Maciel cita dados da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, segundo a qual existem no Estado cerca de 1 milhão de hectares de Áreas de Preservação Permanente a ser recuperados, o suficiente para acolher mais de 1,5 bilhão de mudas.

Para Aduino Basílio, diretor de captação de recursos da SOS Mata Atlântica, as áreas para plantio existem, precisam de recuperação, mas não estão disponíveis em razão da falta de consciência dos proprietários rurais. “A maioria ignora a lei que exige a manutenção de uma reserva legal de 20% e a criação de áreas de proteção permanente para preservar matas ciliares e encostas. Temos fotografias com cenas impressionantes, como o cultivo de cana de açúcar ou soja no barranco dos rios”.

A batalha hoje é pela ampliação das áreas disponíveis a fim de que todos os projetos tenham lugar. “Estamos iniciando um movimento para que o Estado fiscalize com maior rigor e faça a lei ser cumprida”, diz Basílio.

A febre da neutralização trouxe um reforço ao projeto Florestas do Futuro, iniciado em 2003 pela SOS Mata Atlântica para a recuperação das matas ciliares. “Nossa principal preocupação é com a água, mas a floresta nos presta outro serviço ambiental, o seqüestro de carbono”,



afirma. “Assim, surgiu a oportunidade de ligar o assunto água com a questão do aquecimento global.”

Já a dúvida de Maciel diz respeito à continuidade da disposição das empresas em despendere recursos com projetos de neutralização. Em geral, elas adotam esse tipo de programa por um destes três motivos: querem associar sua marca a um selo; porque o concorrente aderiu; ou têm consciência de que a atitude é necessária.

No último caso, a verba é a mesma destinada a programas assistencialistas e normalmente é pequena. Nas duas primeiras hipóteses, depende do valor agregado pelo selo ao produto de cada empresa. “Torna-se uma questão comercial, aí a verba é definida pelo departamento de marketing”, conta Maciel.

Ainda assim, a demanda de empresas interessadas em neutralizar suas emissões por meio de projetos de reflorestamento de mata nativa é grande e inverteu a relação com as ONGs, na visão de Basílio. “Há cinco anos, éramos chamados de ecochatos e atendidos com má vontade. Hoje é muito fácil falar com as companhias; na verdade, são elas que nos procuram”, afirma. “A preocupação com a responsabilidade social e a questão de imagem avançou muito nas empresas, o que facilita a captação de recursos para esses projetos”.

### E O PARADIGMA?

A impressionante adesão à neutralização de carbono por meio do plantio de árvores por empresas e indivíduos aponta um caminho possível para lidar com as mudanças climáticas, mas não pode ser o único, pois não altera os paradigmas de produção, consumo e principalmente o comportamento de cada um.

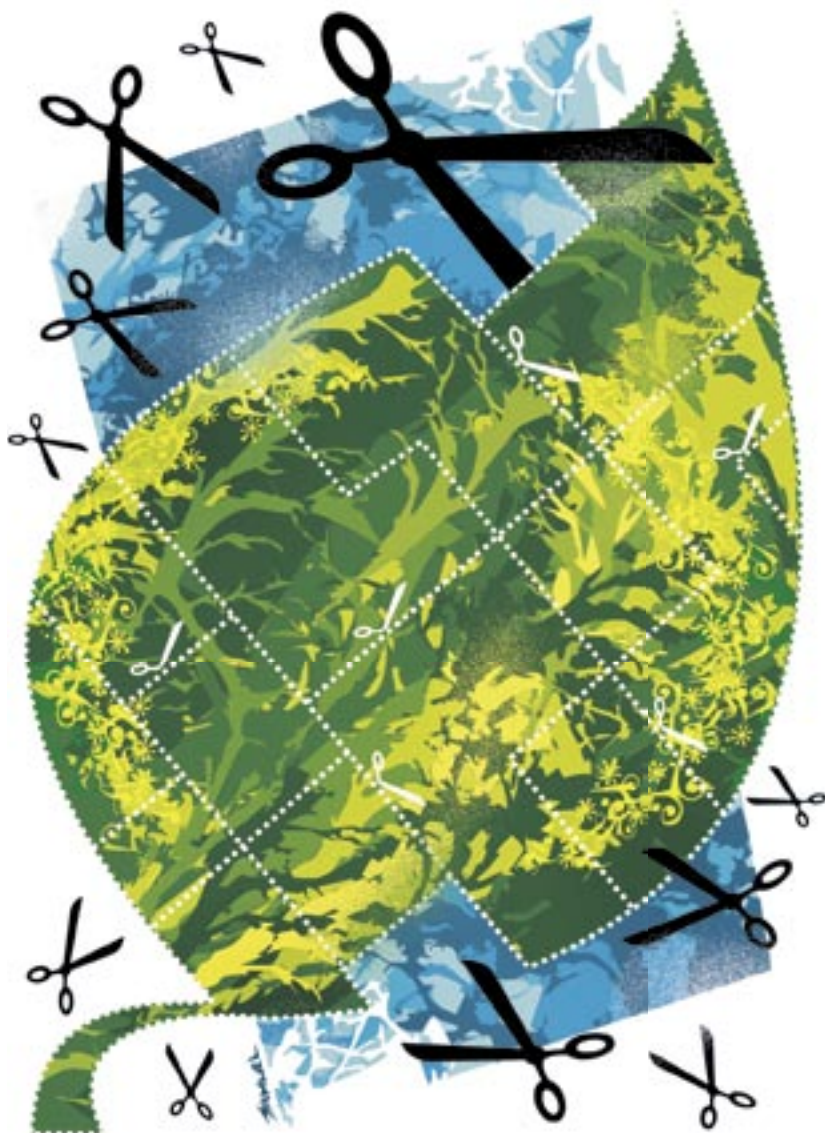
Formas voluntárias de compensar as emissões de gases de efeito estufa devidas a atividades humanas, ainda que com intenções de marketing, são sementes para mudanças mais efetivas, acredita Paulo Braga, da Max Ambiental. “Quando uma empresa ou pessoa faz uma mudança como esta por uma motivação econômica, acaba desenvolvendo uma nova consciência.” Ele cita a reciclagem. “Há 15 anos no Brasil não se falava em reciclagem e hoje muita gente separa o lixo.”

O professor Gylvan Meira Filho afirma que o desenvolvimento econômico sem destruir o planeta é plenamente possível. “Um mundo com restrição de emissões não é necessariamente um mundo ruim para todos.” ■



# Uma visão global da FRAGMENTAÇÃO

✦ POR JEAN PAUL METZGER



As três grandes crises globais que o planeta enfrenta atualmente estão intimamente ligadas aos processos de modificação no padrão de uso e ocupação das terras e, em particular, à fragmentação de habitats nativos. Apesar da preocupação com a dimensão das mudanças climáticas, da degradação e do esgotamento dos recursos hídricos e da extinção das espécies nativas — e a conseqüente erosão genética —, é possível ter uma visão otimista a longo prazo, mesmo baseada nos dados pessimistas atuais.

Há tempos o homem substitui habitats nativos para introduzir outros ambientes que supram suas necessidades básicas, em particular alimentação e habitação. Junto com a conversão em áreas agrícolas, pastos, áreas urbanas, ocorre também uma modificação no padrão de distribuição espacial dos habitats nativos. Anteriormente dispostos de forma contínua, habitats naturais passam a ocorrer unicamente como manchas ou fragmentos isolados, imersos em uma ampla matriz de áreas modificadas pelo homem.

O processo de subdivisão do habitat nativo, ao qual se dá o nome de “fragmentação”, é evidente no caso da Mata Atlântica, da qual hoje existem apenas pequenos remanescentes, em geral em áreas de relevo íngreme ou afastadas das cidades e das estradas. Apesar de menos conhecida ou estudada, a fragmentação ocorre em outros biomas. Há intensa fragmentação em toda a borda meridional da Amazônia, ao longo do chamado “arco de desmatamento”. De forma semelhante, o Cerrado vem sendo fragmentado em conseqüência, essencialmente, da expansão das áreas de cultivo de soja no Planalto Central brasileiro. Nem os campos sulinos, o Pantanal ou a Caatinga escapam dos efeitos da fragmentação.



A fragmentação ocorre concomitantemente à perda de habitat nativo e, por isso, alguns especialistas consideram desnecessária a distinção entre esses dois processos. Em um sentido mais amplo, portanto, a fragmentação é entendida como uma modificação da estrutura da paisagem onde há perda de habitat nativo, formação de fragmentos isolados e aumento das áreas de contato, as chamadas bordas, entre ambientes nativos e áreas de uso humano. Esse conceito é o utilizado na análise das relações da fragmentação com as grandes crises ambientais globais.

## MAIS EFEITO ESTUFA

Mais especificamente, as crises relacionadas às mudanças climáticas, aos recursos hídricos e à extinção de espécies estão fortemente relacionadas à fragmentação. Ela contribui para as mudanças climáticas por meio da intensificação das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Isso se dá, primeiro, pela substituição de uma cobertura vegetal com maior potencial de absorção de CO<sub>2</sub> do que aquelas introduzidas pelo homem, em particular em áreas tropicais. Segundo, pela queima da biomassa vegetal decorrente dessa substituição e, por conseqüência, pela volatilização de uma série de compostos que contribuem para o efeito estufa. E, finalmente, pela introdução de cultivos anuais que geralmente possuem uma taxa mais intensa de respiração nos solos do que de absorção de CO<sub>2</sub> por fotossíntese, o que resulta em emissão desse gás para a atmosfera.

Embora os efeitos da fragmentação possam parecer

insignificantes diante daqueles causados pela queima de combustíveis fósseis, essa pode ser uma conclusão precipitada. Em países desenvolvidos, como Estados Unidos ou Canadá, a queima de combustíveis fósseis representa 55% a 60% das emissões de GEE, enquanto nos Emirados Árabes a contribuição chega a 79%.

No caso do Brasil, entretanto, dados recentes indicam que a queima de combustíveis fósseis contribui em 17% na emissão de GEE, mas a agricultura participa com 26%, a pecuária, com 29%, e os usos florestais, com 21%. Estes três últimos itens estão intimamente relacionados à conversão de habitats nativos para outros de uso humano, ou seja, à perda de habitat ou fragmentação, no sentido amplo, de habitats nativos.

## MENOS ÁGUA

Em relação à água, a fragmentação contribui para a crise que se avizinha de diversas maneiras. Em uma bacia hidrográfica, a retirada da cobertura vegetal nativa leva a uma alteração no balanço entre precipitação e evapotranspiração, resultando muitas vezes na redução da quantidade de água disponível localmente. Sem a cobertura vegetal, o escoamento superficial é maior, intensificando os picos de cheia, aumentando a erosão dos solos e o assoreamento dos rios e diminuindo a recarga do lençol freático. Esse conjunto reduz ainda mais a disponibilidade do recurso hídrico.

Nesse caso, não é apenas a perda de habitat nativo que leva às mudanças hidrológicas — a disposição espacial, ou seja, a fragmentação *per se*, pode também

AS MUDANÇAS DO CLIMA E AS CRISES DA ÁGUA E DE EXTINÇÃO DE ESPÉCIES ESTÃO INTIMAMENTE LIGADAS À PERDA DE HABITATS NATIVOS



## O DESMATAMENTO CONTRIBUIU PARA O FIM CIVILIZAÇÃO MAIA. HOJE, NA EUROPA, ALGUMAS NAÇÕES PASSAM POR UMA TRANSIÇÃO FLORESTAL

acelerar o processo. Em particular, a perda de habitat nas cabeceiras tem efeitos mais severos sobre a reposição do lençol do que em outros locais. De forma similar, a perda das matas ribeirinhas intensifica a erosão dos solos e o assoreamento dos rios.

Uma das maiores superfícies de água doce do mundo, o Mar de Aral, na antiga União Soviética, atualmente na fronteira do Cazaquistão com o Uzbequistão, exemplifica dramaticamente a relação da fragmentação com a crise hídrica. Devido à substituição de habitats nativos por cultivos de algodão, e com o bombeamento, a partir dos anos 60, da água dos rios Amu Daria e Sir Daria, o Mar de Aral teve sua superfície reduzida em mais de 60%.

Com a redução da extensão do lago, houve um aumento da salinidade da água e extinção de 20 das 24 espécies de peixes locais, acabando com o recurso de cerca de 60 mil pescadores. O vento espalhou o sal depositado nas áreas ressecadas, o que levou a uma queda brutal na produtividade agrícola e na pecuária em um raio de 200 quilômetros. A água do lençol freático, além

de salgada, baixou de 5 para 15 metros, salvo nas áreas irrigadas, onde o lençol subiu, levando à salinização dos solos e à desertificação. O caso do Mar de Aral, infelizmente, não é isolado.

### EXTINÇÕES POR MINUTO

O homem já alterou 50% da superfície terrestre, removendo habitats nativos e introduzindo novas formas de cobertura das terras, segundo dados da Food and Agriculture Organization (FAO), de 2002, e de um trabalho do ecólogo americano Peter Vitousek. As alterações ocorreram tanto em áreas florestadas, em particular na Europa e na América do Norte, quanto em áreas de campos naturais. Essa perda de habitat e a sua conseqüente fragmentação levam à extinção de espécies nativas.

Para estimar a perda de espécies induzida pelo homem, Edward O. Wilson utilizou, nos anos 90, uma relação da área de habitat com a riqueza de espécies, sugerida inicialmente por Svante Arrhenius em 1921 e que se tornou famosa. Usando premissas conservadoras, Wilson calculou que, se existirem 10 milhões de espécies, seriam esperadas 17.500 extinções por ano, quase 48 por dia e 2 por hora. Se estiver correto, tal ritmo de extinção é 100 a 1.000 vezes maior do que o registrado antes da ampla distribuição do homem pelo planeta.

Estaríamos, então, provocando a sexta crise de extinção de espécies — todas as outras foram essencialmente provocadas por mudanças climáticas, sem relação com o homem.

As estimativas de Wilson podem estar erradas, afinal são poucos os registros recentes de extinção. Ainda assim, outras estimativas disponíveis — mesmo variando o número de espécies total, a taxa de perda de habitat ou a porcentagem de espécies em zona tropical — também chegam a números alarmantes. E a conclusão é a mesma: a perda de habitat nativo está levando a uma grande crise de extinção de espécies.

Os dados acima consideram apenas a perda de habitat e não o conjunto das alterações estruturais a que a paisagem é submetida quando há fragmentação. Uma extensa literatura relaciona a redução no tamanho dos fragmentos de habitat remanescentes ao aumento do risco local de extinção. Além disso, quanto mais isolado o fragmento, e reduzida a conectividade da paisagem — sua capacidade de facilitar os fluxos biológicos —, menores as possibilidades de migração e recolonização de fragmentos onde houve extinção.

A combinação desses dois processos locais — o aumento do risco de extinção e a redução das possibilidades de migração —, relacionados à fragmentação, deve acelerar as perdas de espécies.

### COLAPSO OU TRANSIÇÃO?

Muitas sociedades passadas não souberam lidar com crises como a que vivemos e acabaram extintas. O desmatamento foi uma das principais causas da decadência



#### E O MAR VIROU SERTÃO

Com a substituição de habitats nativos por lavouras de algodão, o Mar de Aral, na antiga União Soviética, teve 60% da superfície reduzida. Vinte das 24 espécies locais de peixes se extinguíram, levando consigo a subsistência de 60 mil pescadores

da civilização Maia, que habitou as florestas tropicais do México, de Honduras e da Guatemala desde 2500 a.C. e que ao fim do século IX estava praticamente extinta. A conseqüência foi a perda de madeira para cozimento de alimentos e construções, além da caça de grande porte, o que elevou a competição por recurso e levou à guerra.

Se há exemplos trágicos como o da civilização Maia e de outras nas Ilhas da Polinésia, há também sociedades que perceberam como lidar com a crise relacionada à fragmentação de seus habitats nativos. É o caso de nações européias como França, Noruega, Finlândia e Alemanha, que, ao detectar o problema, tiveram a vontade política para agir e, principalmente, agiram de forma eficiente.

Essas nações passaram pela chamada “transição florestal” — após um período de crescimento econômico baseado na perda de habitat, conseguiram inverter o processo, aumentando a cobertura florestal sem afetar seu desempenho econômico. Hoje, têm cobertura florestal duas vezes maior do que há 150 anos.

Mantidas as diferenças biogeográficas e culturais, tais países podem indicar caminhos interessantes para o Brasil crescer sem perder (muito de) sua cobertura florestal. Um deles é o uso de mecanismos de cobrança por serviços ambientais, nascentes no País. O Projeto Oásis, por exemplo, pagará os proprietários para manter áreas florestadas na região de manancial do Rio Guarapiranga. Como ensina outra civilização milenar, a chinesa, a palavra crise encerra não só perigo, mas oportunidade. ■





■ ■ ■ POR FRED ALVES

Seu Silvestre, conhecido pelos amigos por “Silvesti”, pequeno agricultor e dono de uma casa de farinha, cultiva o amendoim que recheia o beiju. O restante da agricultura que pratica se destina à subsistência. Para os que ficaram em Sapê do Norte, muita coisa mudou com a abertura da BR-101 e, principalmente, com a chegada, na década de 70, do eucalipto, que domina a paisagem e absorve boa parte dos recursos hídricos da região.



# Em busca de UMA PONTE

■ ■ ■ POR VIRGINIA BARREIRO

**E**m 2001, quando Pablo Muñozledo abriu uma loja de orgânicos, não havia um mercado para tais produtos no México. Foi nesse ambiente que ele, um pequeno empreendedor, criou a Aires de Campo para apoiar os fazendeiros orgânicos locais por meio da oferta de seus produtos aos habitantes da Cidade do México. A empresa de Pablo cresceu e logo se tomou uma rede com 120 propriedades parceiras que fornecem mais de 400 produtos para várias lojas especializadas. Os lucros cresceram a taxas de dois dígitos com o fornecimento aos “consumidores conscientes” de uma experiência única que alia a qualidade e o frescor da fazenda à conveniência de um supermercado da cidade. (por Derek Newberry, extraído da série Rising Ventures, do WRI)

O mundo enfrenta o crescimento cada vez mais rápido da população, a disparidade econômica e uma grave exaustão de recursos. Ao mesmo tempo, a riqueza jamais foi tão grande e os avanços tecnológicos continuam trazendo inovações eficientes do ponto de vista dos recursos. Pequenas e médias empresas (PMEs) como a Aires de Campo — que representam 90% de todos os negócios e até 65% do PIB global — são veículos para a concepção, produção e distribuição de produtos inovadores e serviços que lidam com os problemas globais.

Pablo Muñozledo é um de 140 empreendedores que formam o portfólio do New Ventures Global, um programa do World Resources Institute (WRI) que reconhece o poder do empreendedorismo como fonte de inovação e soluções lucrativas para desafios ambientais e sociais. O programa apóia PMEs que buscam o *triple bottom line* em países em desenvolvimento e hoje atua no Brasil, na China, Índia, Indonésia e no México.

As PMEs, que podem ser amplamente definidas como empresas com até 300 empregados e US\$ 15 milhões em ativos totais, são motores de inovação e



representam um sinal vital de uma economia saudável. Evidências empíricas mostram que elas têm o comportamento favorável ao risco que garante uma dinâmica de crescimento a longo prazo.

Em geral, possuem fortes laços com as comunidades locais e podem facilitar uma distribuição mais equitativa da riqueza, diminuindo as disparidades econômicas entre as áreas rurais e urbanas. Elas tendem a empregar trabalhadores com salários baixos e geralmente oferecem benefícios adicionais, como ajuda para educação e moradia. Além disso, seu tamanho as torna mais flexíveis e, portanto, aptas à inovação de produtos e à competitividade.

**AJUDAR EMPREENDIMENTOS QUE  
VALORIZAM A COMUNIDADE LOCAL E O MEIO  
AMBIENTE A FLORESCER, PODE LEVAR  
A UMA ECONOMIA MAIS EQUITATIVA**

Ainda assim, as PMEs operam em uma perpétua linha de fogo, com barreiras consideráveis a transpor, o que as leva a uma taxa global de mortalidade de 50%. Tais obstáculos são comuns ao redor do globo e podem ser classificados como financeiros, de capacidade empresarial e regulatórios.

A mais citada dessas barreiras é o acesso ao capital. Perdas no chamado “missing middle”, as PMEs são muito grandes para receber microcrédito e muito pequenas para empréstimos comerciais tradicionais. Além disso, vistas como investimento de alto risco, tornam-se incapazes de obter crédito no sistema bancário por falta de garantias, altas taxas de juro e pouco comprometimento dos bancos com empréstimos de

médio e longo prazo.

A falta generalizada de capacitação para a gestão representa mais um grande impedimento para o crescimento dessas empresas. Normalmente, os empreendedores são especialistas em seus campos, mas não têm habilidade com os negócios ou recursos para empregar talentos nessa área. Isso leva ao pouco uso de padrões de contabilidade aceitáveis, a relatórios financeiros fracos e a pouca transparência.

O ambiente regulatório cria barreiras ainda maiores, fazendo com que os empreendedores percam tempo ao lidar com a burocracia e forçando muitos a permanecer na informalidade. Usando o

ranking do relatório *Doing Business in 2006*, do Banco Mundial, a colocação média dos cinco países em que o New Ventures atua é a 103ª posição, de um total de 155 países. O documento mostra que na Indonésia levam-se 151 dias e 11 etapas para abrir uma empresa; no Brasil, 152 dias e 17 etapas.

As barreiras não são intransponíveis e, com a abordagem correta, podem ser superadas. Com atenção crescente para as PMEs como agentes para a redução

da pobreza e a sustentabilidade, governos e agências de desenvolvimento oferecem serviços para ajudá-las a enfrentar os desafios do negócio.

Além disso, mais investidores compreendem o potencial de crescimento desses setores e inovam para criar novos mecanismos financeiros e canalizar capital para tais empreendimentos. Esses fatores, aliados à crescente demanda por produtos ecologicamente corretos, geram um ambiente mais favorável para as PMEs sustentáveis.

Na Ásia e na América Latina, o New Ventures ajuda a desenvolver esse ambiente ao criar redes locais de apoio para nutrir os empreendimentos, ajudando-os a acessar serviços, capital e mercados. Com parceiros locais como a Confederação da Indústria da Índia, em média dez empresas por ano são selecionadas, recebem orientação e têm a possibilidade de mostrar sua atuação.

Desde 2000, o programa catalisou US\$ 20 milhões em investimentos para o portfólio de PMEs que buscam a sustentabilidade e muitas empresas entraram para o mainstream, com acesso a compradores internacionais como Wal-Mart e Carrefour, e aumento de *market share*.

Os empreendedores tendem a concentrar-se em setores estratégicos e tirar proveito das condições e necessidades locais. Por exemplo, na China, várias das companhias participantes do New Ventures aproveitam o conceito de *economia circular* e buscam inovações em relação a recursos poluidores ou dejetos. Um dos empreendedores estabeleceu a WorldWell, uma

empresa tecnológica que usa uma frota de caminhões de clima controlado para capturar e reutilizar o calor descartado pelo setor industrial chinês, que cresce de maneira ineficiente.

A Indonésia, que ainda se recupera da crise financeira, dispõe de infra-estrutura inadequada e um setor financeiro frágil. Embora seja uma economia em crescimento, alimentada por empreendedores ativos, a maior parte das empresas no portfólio do New Ventures é pequena, não média, e baseada em setores tradicionais.

O portfólio brasileiro do New Ventures é único, pois representa uma dualidade. Muitos empreendimentos aproveitam os recursos naturais abundantes do País, como produtos não madeireiros da Amazônia, ao mesmo tempo que outros baseiam sua vantagem competitiva e suas operações em torno dos setores sofisticados, como os de biotecnologia e tecnologia limpa — caso da ElectroCell, fabricante de células a combustível.

O ambiente local para investimento também define a paisagem para o setor de PMEs sustentáveis em cada país. O Brasil possui o setor financeiro mais avançado, em termos de reconhecimento do potencial de crescimento de setores sustentáveis, entre os cinco países que adotam o programa New Ventures.

Como o primeiro mercado emergente a ter um fundo de investimento socialmente responsável e a adotar os Princípios do Equador, o setor financeiro brasileiro reconhece a sustentabilidade como um indicador de potencial de lucro. O País atualmente tem três fundos *private equity* “verdes”, além de novos fundos em fase de auditoria. Os empreendedores locais enxergam esse potencial e competem para inovar quanto a produtos e serviços de forma a atrair tais recursos financeiros.

O setor financeiro chinês também está em rápido desenvolvimento. No último plano quinquenal, o governo deixou claro que temas ambientais e sociais são uma prioridade nacional. Isso tem promovido grandes fluxos de capital para setores-chave como tecnologias limpas e energias renováveis. O Fundo Ambiental da China lançado em 2002 como o primeiro de *venture capital* ambiental da China tem tido sucesso e

## POR QUE EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS FAZEM SENTIDO EM PAÍSES EMERGENTES:

- DE 1 BILHÃO DE PESSOAS QUE NÃO TÊM ACESSO À ÁGUA, 98% DELAS ESTÃO EM ECONOMIAS EMERGENTES
- DO AUMENTO DE 50% PREVISTO PARA O CONSUMO GLOBAL DE ENERGIA ATÉ 2030, DOIS TERÇOS OCORRERÃO EM ECONOMIAS EMERGENTES
- A POPULAÇÃO DOS 50 PAÍSES MAIS POBRES DEVE MAIS DO QUE DOBRAR ATÉ 2050, E PELO MENOS TRIPLICAR EM 12 DELES
- ATÉ 2010, A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO “VERDE” DEVE CRESCER PARA US\$ 38 BILHÕES, CINCO VEZES O QUE MOVIMENTA HOJE
- DA POPULAÇÃO MUNDIAL, OS 20% QUE VIVEM NOS PAÍSES DE MAIS ALTA RENDA RESPONDEM POR 86% DO CONSUMO PRIVADO TOTAL; OS 20% MAIS POBRES REPRESENTAM APENAS 1,3%
- NOS PRÓXIMOS ANOS, AS VENDAS DE ALIMENTOS ORGÂNICOS, HOJE EM TORNO DE US\$ 14 BILHÕES, DEVEM CRESCER ATÉ 20% ANUALMENTE
- EM 2050, A ECONOMIA CHINESA SERÁ QUASE TÃO GRANDE (EM DÓLARES) QUANTO A AMERICANA, E A ÍNDIA SERÁ A TERCEIRA MAIOR ECONOMIA DO MUNDO. A ECONOMIA BRASILEIRA SERÁ TÃO GRANDE QUANTO A DO JAPÃO, E INDONÉSIA E MÉXICO SERÃO COMPARÁVEIS A ALEMANHA E INGLATERRA

FONTE: NEW VENTURES

está atualmente em uma terceira rodada de *fundraising* (levantamento de recursos).

Os empreendimentos de alto risco que operam em setores pouco explorados de economias emergentes não têm uma tarefa fácil; mas problemas complexos requerem soluções complexas. Embora Pablo Muñozledo possa não ter todas as respostas para os problemas ambientais e sociais do México, ele exemplifica um novo modelo de crescimento econômico no qual os empreendimentos florescem porque valorizam as comunidades locais e conservam o meio ambiente.

Ajudar centenas de Aires de Campo a dar certo como negócio pode levar os países em desenvolvimento a atingir um crescimento econômico mais equitativo e sensível à realidade de que os recursos naturais — as matérias-primas que permitem que os países se desenvolvam — são finitos.

Empreendimento e inovação são componentes

NA CHINA, O CONCEITO DE ECONOMIA CIRCULAR TRAZ OPORTUNIDADES. NO BRASIL, O FOCO SÃO RECURSOS NATURAIS ABUNDANTES E TECNOLOGIA

essenciais desse novo modelo, que requer o comprometimento de *stakeholders*-chave com uma nova maneira de pensar — desafiando a abordagem *business as usual* a inventar novas ferramentas e mecanismos financeiros para apoiar melhor os empreendedores.

Os US\$ 20 milhões levantados pelos empreendedores do New Ventures nos últimos sete anos ficam pequenos diante dos investimentos líquidos de US\$ 100 bilhões em participações societárias somente na região da Ásia Pacífico no ano passado.

Países como a Índia e o Brasil não têm déficit de empreendedores criativos nem de riqueza. A questão está em quão rápida e eficientemente é possível identificar as ferramentas corretas para encurtar a distância entre esses dois elementos. ■



# QUER DISCUTIR A RELAÇÃO?

ESTÁVEL, HÁ MILHARES DE ANOS, A UNIÃO DE HOMENS E ANIMAIS DOMÉSTICOS ENFRENTA AGORA O DESAFIO DA MODERNIDADE

✦ POR RODRIGO SQUIZATO

**E**ra uma vez um lobo, um animal selvagem que vivia no Sudeste da Ásia ou na América do Norte. Não era um bicho mau, como fazem crer as histórias infantis de Chapeuzinho Vermelho ou dos Três Porquinhos. O espécime era dócil e esperto. Aproximou-se dos humanos, conquistou a simpatia de um deles, que lhe deu um naco de comida, talvez um pedaço de carne, provavelmente um osso. Nos dias seguintes, a história se repetiu e logo o lobo permitiu certa intimidade e deixou o homem passar a mão em sua cabeça.

Nascia ali uma das relações mais estáveis da história da humanidade, aquela entre o cachorro e o homem. Embora bem-sucedida, sofreu inúmeras mudanças nos cerca de 12 mil anos que se passaram desde essa improvável versão dos fatos – da qual, tirando a presença do lobo e do homem, todo o resto é incerto.

Ninguém sabe exatamente como e por que homem e lobo se uniram. A teoria mais aceita é que a domesticação do animal que viria a se transformar no cão foi de grande serventia para a atividade de caça, que se juntava à coleta como ocupação dos homens na época.

Daí para alguém mais criativo definir que “estar no mato sem cachorro” é mau negócio deve ter sido um pulo. Algumas teses defendem que outro fator positivo para a união foi a segurança proporcionada pelo animal, principalmente durante a noite.

As mudanças mais significativas na relação começaram a ocorrer quando o homem se fixou na terra, após desenvolver técnicas de cultivo e domesticar outros



**A PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO**  
O cachorro foi o primeiro animal domesticado pelo homem. O processo ocorreu ao mesmo tempo em diversos locais do mundo, há 12 mil anos. Desde então, os cães ajudaram os homens a caçar, a trabalhar e, recentemente, a “desestressar”

bichos. A criação de animais como as ovelhas, as cabras e os porcos tornou a principal função do cachorro, que a esta altura já tinha pelo menos 4 mil anos de serviços dedicados à caça, obsoleta. Mas os milhares de anos de intimidade permitiram que ele fosse treinado pelo dono não para matar outros animais, mas para usar a técnica de cerco e, assim, ajudar os pastores a manejar os rebanhos.

Companheiros fiéis de caça e de trabalho, os antepassados dos atuais totós garantiram o futuro da espécie no seio da sociedade humana com uma longa ficha de serviços prestados.

Atualmente, a quase totalidade dos homens não faz a mínima idéia de como pastorear um rebanho, muito menos de caçar. Nem por isso os cães correm qualquer risco de ser colocados de lado. A relação baseada na singela troca de comida e afago por rabo abanando e lambidas é sólida porque se baseia na emoção. Humana, “por suposto”.

## CAUDA EM PRONTIDÃO

“A questão central da domesticação de animais é o carinho, o amor e a carência”, explica Denise Gimenez Ramos, coordenadora de pós-graduação em psicologia clínica da PUC-SP. A justificativa para o sucesso dos animais na sociedade moderna também é, aparentemente, simples. Segundo Denise, nenhum ser humano tem a disposição afetiva com outra pessoa que os bichos de estimação têm.

## BONS OUVINTES, CÃES E GATOS SÃO, ÀS VEZES, OS CONFIDENTES DE SEUS DONOS, INCAPAZES DE SE ABRIR COM OUTROS HUMANOS

É a disponibilidade incondicional que faz com que os seres humanos confiem em seus cães – e também nos gatos, domesticados milhares de anos depois de seus inimigos mortais –, a ponto de torná-los, em alguns casos, seus confidentes.

Tamanha intimidade não passou despercebida pela academia, principalmente em relação aos efeitos antidepressivos propiciados. O uso de bichos em tratamentos clínicos amplia-se a cada dia. Em asilos, a presença de um animal por grupo de idosos melhora a comunicação entre eles, reduz o isolamento e ajuda a evitar a depressão.

Nos Estados Unidos, segundo Denise, cachorros treinados são usados em hospitais para reduzir a resistência a tratamentos dolorosos e combater a depressão. “Muitas vezes as pessoas falam com o cachorro aquilo que não dizem para os médicos”, o que auxilia na identificação de tratamentos, explica.

O uso de animais em terapias para portadores da

Síndrome de Down também é reconhecidamente eficaz. Outros estudos indicam que até para hipertensão um animalzinho cai bem, reduzindo o número de crises em relação às pessoas que vivem sozinhas.

O uso clínico de animais de estimação talvez seja o melhor exemplo do sucesso de milhares de anos de convívio. Mas há, no outro extremo, exageros duros de roer.

São casos em que as pessoas enxergam em suas mascotes outros seres humanos. Identificar tais casos não é difícil: torna-se comum vestirem o cão, comprar-lhe um refrigerante canino – os holandeses já inventaram até uma cervejinha – ou adorná-lo com uma coleira de ouro e sair à rua com o totó em um carrinho similar ao dos bebês humanos. O dono se sente realizado, mas o bichano fica com cara de coitado.

Entre os dois extremos estão a maioria das pessoas e seus respectivos animais de estimação. É um grupo que não pára de aumentar há anos e que ajuda a impulsionar um mercado que cresce em ritmo chinês. A razão que

leva as pessoas a comprar bichos e uma gama cada vez maior de acessórios e brinquedos é a mesma: afetiva.

Essa razão se revela de forma cristalina: o interesse pela posse de um animal de estimação aumenta à medida que diminui o número de pessoas em uma família e que seus membros se tornam idosos. Os casais com menos filhos registram, segundo Denise, o maior número de mascotes. No caso dos idosos, cães e gatos se tornam a principal companhia após começarem a morar sozinhos.

### ARCA DE NOÉ

A trilha aberta pelos cachorros foi explorada pelo homem para domesticar um número, ainda hoje, crescente de animais. A domesticação é tão intrínseca ao ser humano que ela se deu em diversas partes do globo ao mesmo tempo, com os tipos mais bizarros de animais, nota o geógrafo Jared Diamond em seu livro *Armas, Gênes e Aço*.

Começaram a fazer parte dessa grande família aves, peixes, répteis e até insetos, para não falar de outros mamíferos.

Infelizmente, a inclusão de outros animais não foi tão benéfica para os homens, pois a maioria deles não é tão afetiva quanto cachorros e gatos.

Em muitos casos, os animais são retirados da fauna silvestre, causando desequilíbrio no ambiente de origem e, muitas vezes, no de destino. A introdução de espécies exóticas é uma razão importante de problemas ecológicos em diversas regiões do mundo.

O Brasil não é exceção nem como origem nem como destino. Um relatório da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas) mostra espécies nativas brasileiras valorizadas no mercado internacional: o preço de um lagarto teiú, bastante comum em algumas regiões do País, varia de US\$ 500 a



## NAS GRANDES LOJAS DE ANIMAIS, O NÚMERO DE ITENS À VENDA PASSA DOS 20 MIL, ENTRE RAÇÕES, ACESSÓRIOS E OUTROS BADULAQUES

US\$ 3 mil no mercado internacional, enquanto uma arara-vermelha pode valer até US\$ 3 mil e um sagüi-dacara-branca, US\$ 5 mil.

Entre as espécies introduzidas que causam danos estão o tigre-d'água-americano (um tipo de tartaruga), o peixe-beta e o rato doméstico, segundo um levantamento do Instituto Hórus sobre o assunto. Cães e gatos também compõem a lista.

Segundo o médico veterinário Rodrigo Silva Pinto Jorge, as doenças de bichos de estimação estão entre as principais ameaças aos animais silvestres, a exemplo do que aconteceu com seres humanos de diferentes civilizações ao longo da história, como ilustra Diamond em seu livro. Algumas doenças tiveram origem em animais domesticados pelo homem, como a tuberculose (no gado), a gripe (em porcos e patos) e a malária (em aves).

Jorge estuda o impacto das patologias animais, especialmente a cinomose, em uma reserva privada no Pantanal. Doença viral de origem canina que ataca os sistemas nervoso central, gastrointestinal e respiratório, a cinomose é transmitida pelo ar e frequentemente é fatal. Das amostras que o pesquisador coletou em mamíferos selvagens, 15% estavam infectadas pela doença, que atinge 60% dos cães domésticos das comunidades vizinhas à área de preservação.

Os riscos de contaminação não estão restritos ao Brasil, afirma Jorge, que também é pesquisador do Centro de Pesquisa para Conservação dos Predadores Naturais (Cenap), do Ibama. Na África, na década de 1990, cerca de um terço dos leões da planície do Parque Nacional Serengeti, na Tanzânia, morreu em decorrência da cinomose.

Nos Estados Unidos, a doença matou metade dos últimos 30 furões-de-patas-negras, um primo da ariranha, conhecidos na natureza e forçou o recolhimento dos remanescentes ao cativeiro. Até prova em contrário, uma doença de animais domesticados foi o tiro de misericórdia para a sobrevivência em ambiente natural do furão-de-patas-negras.

Em geral, medidas voltadas aos animais domésticos como vacinação, isolamento dos doentes e controle populacional dariam conta de evitar a transmissão para os animais selvagens. Mas a pressão humana constante sobre as áreas naturais remanescentes e o crescimento da população de animais domésticos dificulta o controle. O paradoxo que fica é que, se ao longo

dos séculos o homem acabou por trazer um pouco da natureza para dentro de casa, domesticando-a, agora tem de mantê-la longe da natureza.

### XAMPU DE GENTE GRANDE

Embora não existam estatísticas precisas do número de animais de estimação no País, é possível ter idéia da dinâmica desse mercado pela movimentação de produtos destinados a eles. Basta entrar em uma "pet shop".

A gama de produtos à venda é surpreendente. Nas maiores casas do ramo, como o Pet Center Marginal, em São Paulo, encontram-se mais de 20 mil itens, incluindo refrigerantes, bijuterias e carrinhos para passear. Os itens mais vendidos ainda são os "básicos": rações e acessórios.

Totós, bichanos e piupius modernos contam com uma ampla gama de serviços à disposição. Chips de monitoramento, estúdio fotográfico e acompanhamento psicológico estão entre os mais recentes. Mesmo o tradicional banho-e-tosa ganhou um certo glamour. Alisamento de pelos e xampus especiais – com ingredientes muito similares aos usados em humanos – são a regra.

O mercado cresce como poucos – em torno de 20% ao ano no Brasil – e é cada vez mais comum encontrar pessoas com seus animais de estimação em lugares outrora improváveis, como bares, shopping centers, hotéis e aeroportos.



#### EFEITOS NA NATUREZA

Além do tráfico de animais silvestres, a proliferação de "pets" pode colocar a fauna nativa em risco. Um estudo mostra a contaminação de mamíferos selvagens no Pantanal por doenças de cães domésticos

O número de itens à venda é tão grande que novidades são poucas, explica o analista de marketing do Pet Center Marginal, Anderson Camargo Lopes. A indústria é movida pelas coleções de roupas conforme a estação do ano e melhorias pontuais nos produtos, muitas vezes sugeridas pelos humanos. Entre as novidades prestes a chegar ao mercado está uma escova progressiva com creme de tratamento à base de chocolate para o pelo dos caninos.

As lojas também servem como alternativa de entretenimento para os proprietários de mascotes, explica Lopes. Na Pet Center, que funciona 24 horas, cerca de 80% dos clientes chegam acompanhados dos bichos de estimação – que podem, então, aliviar o estresse com um relaxante banho de ofurô no Pet Zen. Depois da terapia, o animal sai com outra disposição para abanar o rabo.

Demanda para serviços tão específicos não é problema: a loja recebe até 30 mil pessoas por semana, segundo Anderson, metade nos fins de semana.

No setor de alimentação, contam-se às dezenas as marcas de rações para cães e gatos. Nacionais e importadas, prometem em embalagens multicoloridas ossos e dentes mais fortes e pelos mais bonitos, além de uma vida mais saudável e cheia de energia, tudo graças a uma receita balanceada. Os analfabetos quadrúpedes, de barriga cheia, agradecem.

Em 2005, os fabricantes nacionais venderam 1,55 milhão de toneladas de comida industrializada para cães e gatos, gerando US\$ 1,84 bilhão, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Alimentos para Animais de Estimação (AnfalPet). A alimentação representa cerca de metade do faturamento do setor no Brasil, segundo as estimativas disponíveis.

Mais uma vez, o País não é exceção. O mercado "pet" cresce praticamente em todo o mundo, inclusive em locais onde a posse de bichos de estimação já foi rigidamente controlada como a China. Lá, os ávidos donos desafiavam o rigor da doutrina do Partido Comunista para poder conviver com um bichano. Nos Estados Unidos, nem se fala – gastam-se mais de US\$ 38 bilhões por ano com produtos para as mascotes.

Como se vê, há vontade de sobra por parte dos humanos para manter a parceria por muito tempo, mesmo que do lado animal os bichos se pareçam cada vez menos com seus antepassados. Apesar de problemas como os de saúde animal, os homens não parecem dispostos a parar de abanar o rabo sempre que virem um cachorro cheiroso e bem vestido. Talvez por mais 12 mil anos, se os humanos conseguirem chegar lá. ■



# FILME queimado

✦ POR REGINA SCHARF

Quando a Twentieth Century Fox decidiu filmar *A Praia*, com Leonardo DiCaprio, num parque nacional tailandês, a produção concluiu que o trecho de litoral escolhido para as locações não era paradisíaco o suficiente. Decidiu, então, remover parte da vegetação costeira e substituí-la por coqueiros, que não são nativos da região. Isso desencadeou uma onda de protestos rara na indústria do cinema, com centenas de estudantes vestindo máscaras com a imagem do galã transmutado em vampiro.

Quatro anos depois, no começo de 2004, outra produção hollywoodiana, o filme de ação *Stealth* (*Ameaça Invisível*, no lançamento brasileiro), teve de interromper suas filmagens no Parque Nacional de Blue Mountains, perto de Sydney, na Austrália, porque a Justiça local avaliou que a obra ameaçava a sobrevivência de uma espécie endêmica de libélulas.

A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA POLUI MAIS QUE MUITAS INDUSTRIAS. EM LOS ANGELES, SÓ PERDE PARA A DE PETRÓLEO



Os dois episódios nos lembram que o cinema não tem impacto apenas sobre corações e mentes. É uma indústria que constrói cidades de fachada, explode carros e aviões, e emprega geradores capazes de iluminar uma pequena cidade. Não surpreende, pois, que os seus impactos ambientais sejam superiores aos de muitas fábricas.

É o que confirma um estudo divulgado pela Universidade da Califórnia em novembro passado. Ele levanta as emissões atmosféricas de vários setores da economia na região de Los Angeles e conclui que a produção cinematográfica emite mais poluentes que confecções, hotéis e indústrias de aviões. Só as refinarias de petróleo da região superam os estúdios de cinema na geração de poluentes.

A poluição cinematográfica tem origem nos geradores a diesel, nos veículos e máquinas empregados e nas muitas viagens aéreas de atores e técnicos. O estudo cita o filme *O Dia Depois de Amanhã*, uma ficção recente sobre mudanças climáticas, para ilustrar o impacto potencial de uma megaprodução. Ele teria emitido 10 mil toneladas de dióxido de carbono, que foram compensadas pelos seus produtores com um investimento de US\$200 mil no plantio de árvores (*leia reportagem sobre neutralização de emissões de carbono nesta edição*).

Mas o estudo também verificou que há estúdios que buscam minimizar as conseqüências negativas do seu negócio adotando a reciclagem de resíduos e práticas de construção sustentável. Para exemplificar, cita *Matrix Reloaded*, com Keanu Reeves. A quase totalidade dos materiais empregados na produção foi destinada à reciclagem, incluindo 11 mil toneladas de concreto, aço e madeira — esta, enviada para projetos habitacionais de baixa renda no México.

De fato, há evidências de que a consciência ambiental começa a despertar em Hollywood. Um dia após a

divulgação do estudo californiano, o governo do estado do Novo México, que atravessa um boom cinematográfico, anunciou um programa para racionalizar o emprego de recursos naturais e reduzir os impactos do setor. As companhias que filmarem no estado serão encorajadas a usar combustíveis, materiais e práticas alternativos e a adquirir de empresas locais biodiesel e madeira reciclada.

Além do governo, os proprietários de áreas destinadas a locações têm lutado pela manutenção da qualidade ambiental — não necessariamente por altruísmo, mas como forma de manter o seu capital paisagístico. É o caso do Ghost Ranch, também no Novo México, onde foram rodados filmes como *The Missing* (*Desaparecidas*), com Tommy Lee Jones, e *Young Guns* (*Os Jovens Pistoleiros*), com Charlie Sheen. Repleta de ruínas dos índios Anasazi, a fazenda proíbe a remoção do que quer que seja e define locais de acesso vedado.

Leonard Hoffman, que há 30 anos dirige iluminação de filmes no Novo México, lembra que a maior parte dos estúdios reaproveita cenários e figurinos inúmeras vezes, como medida de contenção de custos. Ele também lembra que não foram poucas as vezes que produtores se mobilizaram para evitar a instalação de linhas de energia em meio a paisagens particularmente fotogênicas.

Muitas produções também adotam critérios rígidos para a utilização de animais e contratam fiscais externos que zelam pelos direitos dos atores bovinos ou caninos.

Mas tal zelo nem sempre é suficiente. Recentemente, durante as filmagens de *3:10 to Yuma*, um faroeste com Russell Crowe, um cavalo morreu



## OSCAR PARA A CONSCIÊNCIA

O governo do estado do Novo México, que atravessa um boom cinematográfico, anunciou um programa para racionalizar o emprego de recursos naturais e reduzir os impactos ambientais, por meio do uso de combustíveis alternativos e de materiais reciclados

empalado ao chocar-se numa câmera e o seu cavaleiro foi mandado para o hospital.

Apesar de tais cuidados, Charles Corbett e Richard Turco, autores do estudo da Ucla, consideram a consciência ambiental uma exceção, e não a regra em Hollywood. Foi para destacar essas exceções que a organização não governamental Environmental Media Association (EMA) criou um selo verde para produções que adotam pinturas menos tóxicas, veículos híbridos ou elétricos, que abastecem seus geradores com diesel com baixos teores de enxofre e evitam o uso de descartáveis nos seus refeitórios. Agora, é esperar pelo dia em que Julia Roberts (militante pró-biodiesel) entregará a Harrison Ford (conselheiro da Conservation International) um Oscar na categoria sustentabilidade. ■







AMOA KONOYA, palavras que querem dizer “jaboti” nas línguas suruí e asheninka, é um espaço de divulgação da cultura indígena em São Paulo. É na sala de sua casa que Walter Gomes da Silva expõe a rica diversidade cultural brasileira e vende objetos de cerca de 80 tribos. Cachimbos como os dos índios kariri-xocó, asheninka, guarani e kayapó prestam-se a rituais de cura e purificação. No de cor preta, o cabo é feito com osso de braço de macaco, animal presente na alimentação dos asheninka.



HÁ MÁSCARAS que invocam fartura de alimentos, pedem proteção e são usadas em ritos de passagem. A máscara acima (à esq.) se chama “Rosto de Ariranha”, animal cujo espírito é dono do peixe, segundo os índios mehináko. Ao lado, máscara utilizada pelos wayana apalaí na “Festa da Cumeeira”. Abaixo (à dir.), dos índios matis. Ao lado, máscara presente no ritual das indiazinhas tikuna, que têm os cabelos arrancados na primeira menstruação, para simbolizar a morte da menina e o nascimento da mulher.